

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
RELAÇÕES INTERNACIONAIS  
UNESP – UNICAMP – PUC/SP**

**A INSERÇÃO INTERNACIONAL DA CHINA  
NO PÓS-GUERRA FRIA**

**Silvana Shioy Shyan Shu**

---

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do  
Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais  
UNESP - UNICAMP - PUC/SP como exigência parcial  
para obtenção do título de MESTRE em Relações Internacionais,  
Área de Concentração: Política Externa,  
sob a orientação do Prof. Dr. Henrique Altemani de Oliveira.

**PUC/SP  
SÃO PAULO**

**2005**

## **Agradecimentos**

Dedico os meus sinceros agradecimentos ao Professor Dr. Henrique Altemani de Oliveira, pelo apoio, incentivo, orientação e atenção. No seu papel de professor, sempre me estimulou em aprofundar os meus conhecimentos pela China, país onde guardo as minhas raízes.

Aos meus pais, que me acolheram durante os meus momentos de dificuldades. A confiança a que me dedicaram foi fundamental para superar o desafio de conciliar trabalho e estudo.

Ao Jorge, pela sua presença confortante, companheirismo, apoio, conselhos, disposição e generosidade. Tê-lo ao meu lado fez-me mais forte para prosseguir nessa jornada.

Ao meu Professor de Chinês, David Shyu, a quem considero como um segundo pai. As nossas conversas renderam valiosas idéias que enriqueceram na elaboração desse trabalho.

Aos meus irmãos Igor e Carolina, que apesar de estarem na China, torcem pelo meu sucesso e sempre me dedicaram incondicionalmente a sua afeição e disposição para compartilhar as minhas preocupações.

A todos os meus queridos amigos que freqüentemente visitam o meu coração e por onde têm deixado marcas de fraternidade e respeito.

## **Resumo**

Tomando por base a ordem internacional contemporânea, o presente trabalho aborda o processo de inserção internacional da China, buscando compreender a importância de estudar o peso dos fatores internos e externos na articulação de sua identidade externa. Numa perspectiva histórica, analisa-se o processo de definição da política externa chinesa e as suas peculiaridades que cristalizaram na sua configuração contemporânea.

Nos campo dos fatores internos, estão compilados os interesses domésticos da China que reside na manutenção do desenvolvimento do país. Já no plano dos fatores externos, as relações sino-americanas desempenham uma importante importância no processo de inserção internacional da China. Em paralelo, busca-se compreender as adaptações da política externa norte-americana no pós Guerra Fria.

O processo de inserção internacional da China é o tema central deste trabalho no qual se aborda a perspectiva de aprofundar a sua inserção na ordem global e a importância que hoje o país representa no reordenamento das relações internacionais.

## **Abstract**

Considering the contemporary international system, this study examines China's international engagement process by analyzing the importance of domestic factors and external factor in China foreign policy. The changes in China have transformed every aspect of its relationship with the outside world.

Regarding to the domestic factors, they are mainly concentrated on Chinese interests which is its development. In the other hand, the external factors are basically concentrated on the relations among China and USA. This issue is followed by a discussion of the implications of United States in China's international engagement.

As part of this study, it's aimed to examine the main adaptations of American Foreign Policy in post Cold War. American policy must display a sense of priorities which is keeping its role as the most powerful actor in the international order. Therefore, as part of its strategy, the United States will address efforts to handle a workable and sustainable foreign policy with China.

China is increasingly shaping international relations by its new role in the world and its rise. Therefore, it is very important to analyze the process of China's international engagement in the post Cold War era.

## Índice

<b>1) INTRODUÇÃO.....</b>	<b>1</b>
1.1) Fatores Externos.....	4
1.2) Fatores Internos .....	6
1.3) Estrutura do Trabalho .....	9
<b>2) PERSPECTIVA HISTÓRICA DA INSERÇÃO INTERNACIONAL DA CHINA.....</b>	<b>12</b>
2.1) O I Ciclo da Política Externa Chinesa.....	16
2.2) O II Ciclo da Política Externa Chinesa.....	21
2.3) O III Ciclo da Política Externa Chinesa.....	28
<b>3) A POLÍTICA EXTERNA CHINESA CONTEMPORÂNEA.....</b>	<b>34</b>
<b>4) O PAPEL DOS EUA NA INSERÇÃO INTERNACIONAL DA CHINA.....</b>	<b>43</b>
<b>5) A POLÍTICA DE ENGAJAMENTO COM A CHINA.....</b>	<b>50</b>
5.1) Engajamento e Contenção.....	54
5.2) Parceria Estratégica e Concorrência Estratégica.....	58
5.3) Os Desafios da China na Política de Engajamento.....	69
<b>6) A QUESTÃO DE TAIWAN NAS RELAÇÕES CHINA-EUA.....</b>	<b>77</b>
<b>7) CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>87</b>
<b>8) ANEXO.....</b>	<b>94</b>
<b>9) BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>100</b>

## 1) Introdução

Dentro da complexidade de refletir o reordenamento das relações internacionais do pós-Guerra Fria, o presente trabalho preocupar-se-á em examinar a inserção internacional da China, buscando compreender o alcance de fatores internos e externos no processo de construção da sua política externa. Nessa proposta, o que se procurará entender é o peso de diferentes determinantes, endógenos ou exógenos, na definição da atuação externa chinesa na ordem global contemporânea.

Nesse contexto, destaca-se a importância que a China vem adquirindo desde a sua inserção internacional até os dias de hoje, e o espaço conquistado em que ela se desponta cada vez mais como uma potência emergente, apresentando uma significativa capacidade para se tornar numa líder regional e internacional.

Na perspectiva política, no que tange ao seu poder internacional, a China é cada vez mais considerada como um fenômeno misto e um pólo alternativo às grandes potências ocidentais. Ademais, ela tem enfatizado a importância de propostas multilaterais e realçado uma disposição para assumir um papel ativo na comunidade internacional.

Sob o ponto de vista econômico, a China tem investido maciçamente a fim de garantir a continuidade das políticas de desenvolvimento, implementadas por Deng Xiaoping no final da década de 70, esforçando-se em converter seus recursos em aumento de influência internacional.

Vale lembrar que os impressionantes números de crescimento que a economia chinesa tem mostrado a partir da década de noventa são frutos obtidos de um modelo

alternativo de desenvolvimento – economia socialista de mercado ou socialismo com peculiaridades chinesas – sobre o qual o governo de Beijing busca não perder as rédeas.

No aspecto doméstico, as reformas e a abertura política provocaram mudanças e transformações no âmbito sócio-econômico. Hoje, os dirigentes políticos chineses enfrentam um duplo desafio: garantir, de um lado, a estabilidade interna do país sobre uma sociedade que ainda não atingiu um patamar homogêneo de desenvolvimento humano e, de outro, visar à manutenção do Partido Comunista chinês no poder <sup>1</sup>.

Diante dessa conjuntura, a inserção internacional da China está e estará articulada para compatibilizar as necessidades e aspirações domésticas do país com as possibilidades externas do contexto global. Assim sendo, a política externa chinesa tem como prioridade dar continuidade aos programas desenvolvimentistas e garantir a estabilidade doméstica no país. Essa diretriz dita o aprofundamento da inserção internacional da China, em que é preciso considerar o alcance de fatores externos e internos nessa dinâmica.

No que diz respeito aos determinantes externos, as relações com os EUA exercem um grande peso e constituem uma importante força propulsora na inserção internacional da China. Por meio de três dinâmicas de interação (subordinação, engajamento e contenção), Washington buscou articular a inserção de Beijing no cenário internacional conforme os seus interesses <sup>2</sup>.

Na dinâmica da subordinação, deve-se considerar a importância do papel desempenhado pelos EUA na preservação do ordenamento existente no plano internacional em que exercem um cargo de liderança em prol de seus interesses hegemônicos. De alguma

---

<sup>1</sup> HU, Angang. *The Grand Strategy of China*, Beijing, Zhejiang Renming, 2003. P.:7.

<sup>2</sup> WANG, Baocun. “As Adaptações das Estratégias de Segurança dos EUA”, p. 224. IN ZHU, Sulong & GENG, Qing *O Mundo, os EUA e a China*, Beijing, Qinghua Press, 2003.

maneira, os EUA, ao projetarem seus valores e interesses, visam garantir a sua posição proeminente através da manutenção ou imposição de sua unidade de pensamento ou concepção de mundo. Nesse caso, a linha de atuação da política externa chinesa estaria subordinada a uma *Pax Americana* em que os EUA seriam os principais guardiões.

Por sua vez, a dinâmica do engajamento é articular com a China interesses e apaziguar divergências, visando a um ponto de entendimento comum em temas que tendem a ser complexos e conflitantes entre os dois países. Nesse quadro, a interdependência econômica e a necessidade de suprir as vulnerabilidades no campo da segurança na Ásia-Pacífico compõem a pauta de discussão da política de engajamento entre China e EUA com o propósito de avançar a inserção chinesa no plano internacional por meio de metas cooperativas.

E, por último, a dinâmica da contenção na qual os EUA submetem a política externa chinesa a uma variedade de situações críticas (Taiwan, déficit comercial, direitos humanos e etc.), alimentando tensões e divergências. Nessa modalidade, fica explícita a percepção de que a China representa uma fonte de conflitos que deve ser contida.

Nesse raciocínio, conforme essas modalidades de interação com a China, as relações sino-americanas são consideradas como um importante determinante exógeno na definição da política externa chinesa que, de alguma maneira, estrutura as decisões e ações dos *policy makers* chineses na ordem global.



## 1.1) Fatores Externos

Ao aprofundar a análise dos determinantes externos da política externa chinesa, destaca-se a intensificação das relações entre China e EUA que, desde a normalização das relações sino-americanas (em 1972), influenciou profundamente na inserção chinesa no cenário internacional.

Diante da conjuntura de reordenamento das relações internacionais no pós-Guerra Fria, os EUA têm reformulado suas ações externas, valores e prioridades para fazer face à complexidade de um novo sistema internacional que surgia.

No que tange à reestruturação da política externa norte-americana, os norte-americanos por mais de uma década depois da queda do Muro buscam se reorientar em todos os padrões, combinando posturas idealistas e pragmáticas nas exigências de uma constante readaptação de suas prioridades e temas de engajamento<sup>3</sup>.

Nesse sentido, entende-se que a inserção internacional da China constituiu num tema de engajamento da política externa norte-americana a fim de que Washington, através de uma postura de aproximação com os chineses, pudesse, no primeiro momento, estabelecer novos parâmetros de atuação que compatibilizassem os interesses nacionais dos EUA com um novo cenário global que se configurava.

As expectativas de ampliar a presença internacional da China cresceram a partir da discussão do reordenamento das relações internacionais no pós-Guerra Fria, o que suscitou para essa questão correntes de leituras distintas, principalmente por parte de setores da

---

<sup>3</sup> PECEQUILO, Cristina Soreanu. “A Política Externa dos EUA: Continuidade ou Mudança?” Porto Alegre, UFRGS, 2003, p. 388.

cúpula político-militar norte-americana e por células de reflexão acadêmicas, que procuram avaliar a repercussão de uma maior atuação chinesa na política global.

Sob a ótica liberal, engajar os chineses é reconhecer a sua importância na articulação de um novo concerto de regras e normas no cenário internacional. No caso específico das relações sino-americanas, a inserção internacional da China é revelada a partir de uma estrutura complementar e interdependente que tanto Beijing como Washington tem um com o outro.

Nesse grau de interconexão, os chineses buscarão afirmar na sua política externa a importância de obter recursos nas suas relações bilaterais com os norte-americanos a fim de que possam dar continuidade aos projetos de desenvolvimento de seu país, e por sua vez, Washington, vislumbrará nesse engajamento com a China novas possibilidades para projetar seus interesses e se adaptar a um cenário internacional que se configura no pós-Guerra Fria.

Em contrapartida, sob o ponto de vista realista, a inserção da política externa chinesa no plano internacional é ordenada a partir da hegemonia de questões estratégicas. Tanto os EUA como a China identificam entre si um significativo grau de vulnerabilidade e de complexidade no campo da segurança, e destacam a necessidade de compor uma ação conjunta no tratamento de contenciosos, tais como o terrorismo, o equacionamento dos problemas nucleares que envolvem a Coreia do Norte, a proliferação nuclear, as animosidades entre os atores regionais da Ásia-Pacífico e etc.

Tendo em vista essas colocações, as relações sino-americanas constituem um tópico importante na política externa de Beijing que, dentro dos diferentes campos de atuação (político, econômico e de valores), estruturam a inserção internacional da China.

Dessa maneira, a política externa chinesa procurará identificar nas relações com os EUA possibilidades que possam levar os dois países a adotarem mecanismos de aproximação, ou a amenizarem as divergências que cada lado guarda para si e, dessa forma, articularem parâmetros que conduzam a uma maior inserção da China no sistema internacional.

Face ao espaço cada vez mais crescente que a China vem conquistando no reordenamento das relações internacionais, ela já tem encontrado e encontrará mais confrontações com os EUA. Nessa direção, a projeção ascendente da China no cenário internacional vem alarmando os dirigentes políticos norte-americanos, que têm se empenhado desde o fim da Guerra Fria numa tarefa de redefinir os temas de sua política externa que, dentre eles, constitui o engajamento ou a contenção com Beijing.

Dessa maneira, no plano dos determinantes externos, esse estudo concentrar-se-á em examinar a trajetória da linha de atuação das relações sino-americanas, avaliando em que medida a modalidade da subordinação, engajamento ou da contenção influencia no processo de inserção internacional da China.

## **1.2) Fatores Internos**

Ao estudarmos a política externa chinesa contemporânea, é preciso entender que o vigor e a vocação de potência que a China carrega hoje são frutos de um processo de mudanças estruturais no âmbito doméstico, implementado a partir das reformas pragmáticas de 1978, e da afirmação do Estado sobre o território e a população através de políticas desenvolvimentistas.

Nesse sentido, a intensificação da inserção internacional da China está correlacionada com a dinâmica da conjugação de aspectos domésticos do país com os acontecimentos políticos do cenário global. Hoje é extensa e intensa a interação de Beijing nos vários aspectos da comunidade internacional.

No plano dos interesses vitais, a inserção internacional da China é orientada para: i) preservar a segurança nacional; ii) zelar a soberania do Estado; iii) manter a integridade territorial; iv) buscar a reunificação com a Província de Taiwan e v) dar continuidade ao seu desenvolvimento econômico<sup>4</sup>. Essas cinco pilares constituem a base da formulação da política externa chinesa contemporânea.

As questões que envolvem o campo da segurança nacional, soberania e integridade territorial sempre apresentaram uma pauta prioritária e defensiva na estruturação da inserção internacional da China. Em função das fragmentações e humilhações que a história chinesa contemporânea vivenciou, os dirigentes políticos chineses se concentram em consolidar mecanismos que estejam orientados para manter a unidade do país.

Além disso, a estabilidade interna sempre foi um anseio da sociedade chinesa e, frente à importância que a China vem adquirindo no cenário internacional a segurança, quer seja econômica quer estratégica, compõe um determinante interno prioritário na formulação da política externa chinesa.

Com relação à questão de Taiwan, considerada um assunto de ordem doméstica e uma das cinco pilares da política externa chinesa, é um contencioso que afeta as relações

---

<sup>4</sup> MEDEIROS, Evans S. & FRAVEL, M. Taylor. "China's New Diplomacy". *Foreign Affairs*, Nov/Dec. 2003.

bilaterais com outros países, sobretudo com os EUA, já que a reunificação da ilha com a China continental é uma questão que envolve interesses complexos e barganhas estratégicas.

No entanto, resolver o problema de Taiwan não é apenas zelar o cumprimento de uma das diretrizes da política externa chinesa. A unidade sempre constituiu num ideal no pensamento tradicional da formação política do Estado nacional chinês, e reunificar-se com a província de Taiwan representa uma tarefa moral aos dirigentes políticos chineses. Se o atual modelo político chinês conseguir manter a integridade do Estado com a reincorporação taiwanesa, ganhará admiração e o apoio da sociedade <sup>5</sup>.

Na conjugação dinâmica entre determinantes internos e os fatores externos, a política externa chinesa adotou uma postura pragmática e defensiva a fim de perseguir os interesses nacionais do país, transpondo aos poucos as limitações ideológicas do modelo político chinês <sup>6</sup>. Diante da diretriz de desenvolver o país no âmbito sócio-econômico, a política externa chinesa deverá refletir ou, ao menos, convergir os interesses da sociedade chinesa.

No esforço de ampliar a sua inserção internacional no início dos anos 80 e ao longo da década de 90, China buscou compatibilizar a sua necessidade de desenvolvimento com a manutenção da estabilidade doméstica do país. A tomada de decisão e a formulação de ação da política externa chinesa têm como ponto de partida o estabelecimento de meios e parâmetros que proporcionem dar continuidade às reformas econômicas e abertura política ao país.

---

<sup>5</sup> WANG, Baocun “As Adaptações das Estratégias de Segurança dos EUA”, p: 225 IN O Mundo, os EUA e a China, ZHU Sulong & GENG Qing, Qinghua Press, Beijing, 2003.

<sup>6</sup> ZHAO, Suisheng. op. cit. p. 11.

Nesse sentido, os projetos desenvolvimentistas, definidos como uma diretriz prioritária da política externa chinesa, foram implementadas sob um forte controle governamental com vistas para garantir o bom desempenho das reformas econômicas no país.

Tendo em mente a importância dos determinantes internos na política externa chinesa, a inserção internacional da China será conduzida para conjugar, na medida do possível, as variáveis domésticas com as possibilidades estruturais do contexto global.

### **1.3) Estrutura do Trabalho**

Feito esse quadro abrangente, o presente trabalho buscará fornecer um arcabouço panorâmico sobre os interesses nacionais e as modalidades de atuação (engajamento, subordinação e contenção) da política externa chinesa que, em conjunto, permearam a trajetória da inserção internacional da China.

Na definição conceitual, política externa é um modelo racional que identifica como interesse vital o estabelecimento de objetivos e a busca dos meios necessários para concretizá-los. Dessa maneira, ao estudar a inserção internacional da China, deve-se delinear as variáveis domésticas da sua política externa que estão articuladas para compatibilizar com as variáveis estruturais do sistema internacional.

O estudo concentrar-se-á na análise dos interesses nacionais da China (determinante interno) e da importância das relações sino-americanas (determinante externo) na sua política externa e inserção internacional.

Dessa forma, para propósitos analíticos, apresentar-se-ão neste trabalho dados históricos para abordar o tema, e apontar-se-ão questões no campo das relações internacionais da China.

O primeiro capítulo, de caráter introdutório, faz uma breve análise do processo de inserção internacional da China, pautada na importância de estudar o peso dos fatores internos e externos na inserção chinesa no sistema internacional. No campo dos fatores internos, estão compilados os pilares da política externa chinesa (segurança nacional, soberania, integridade territorial, reunificação com Taiwan e desenvolvimento econômico).

Já no plano dos fatores externos, esse estudo tem como objetivo examinar a trajetória das relações sino-americanas, avaliando em que medida os EUA atuam no processo de inserção internacional da China.

No segundo capítulo, será analisada a perspectiva histórica da inserção internacional da China durante os anos da Guerra Fria, que está subdividida em três ciclos: 1) a fundação da República Popular da China até a primeira metade dos anos 50; 2) segunda metade dos anos 50 até o final dos anos 60; 3) as variações da década de 70 que vão refletir na configuração da política externa contemporânea.

O terceiro capítulo busca compreender as diretrizes e os fundamentos da política externa chinesa contemporânea. Além disso, analisa a necessidade de levar adiante as reformas do país através da redefinição das relações sino-americanas e da construção de um ambiente externo que seja favorável ao desenvolvimento chinês.

O objeto de análise do quarto capítulo será o papel dos EUA no processo de inserção internacional da China, buscando compreender em paralelo as transformações do sistema internacional e as adaptações da política externa norte-americana neste contexto.

No quinto capítulo, será examinada a política de engajamento estabelecida pelos EUA na década de noventa a fim de intensificar o processo de inserção internacional da China. Nesta parte, destacam-se os momentos de contenção e de aproximação dos EUA que marcaram a política de engajamento com a China, e os desafios enfrentados pelos dois países para avançar sobre a inserção chinesa na ordem internacional.

A questão de Taiwan nas relações China-EUA é tema de análise do sexto capítulo do presente trabalho. Os percalços existentes na política de reunificação de Taiwan têm afetado no processo de inserção internacional chinês visto que é um assunto que envolve interesses complexos entre os atores envolvidos (China, Taiwan e EUA).

A conclusão é uma revisão dos temas analisados em cada capítulo na qual aponta as perspectivas de aprofundar a inserção chinesa na ordem global e a importância que hoje a China representa, enquanto um ator de grande peso internacional, no processo de reordenamento das relações internacionais.



## **2) Perspectiva Histórica da Inserção Internacional da China**

Sob o aspecto histórico, nesse capítulo, abordar-se-ão de forma abrangente os acontecimentos contemporâneos das relações internacionais, analisando de que maneira esses momentos atuaram no processo de inserção internacional da China no cenário global. Vale mencionar que não é o objetivo desse trabalho explorar ou esgotar totalmente as dimensões históricas das transformações do cenário mundial, e sim sistematizar as particularidades do processo de inserção internacional chinês.

Em 1º de outubro de 1949, quando Mao Zedong proclamou a República Popular da China colocou em evidência a vitória comunista no país. Tal proclamação, ainda que o Partido Comunista chinês não tivesse conseguido conquistar toda a China, provocou a fuga do restante dos exércitos do Guomindang para a ilha de Taiwan e, dessa forma, no cenário internacional passaram a existir duas Chinas, representadas de um lado pela República Popular da China (Beijing) e de outro, pela República da China (Taipei), que recebeu o apoio e a assistência norte-americana.

No início de 1950, toda a China continental, exceto o Tibete, parte de Hong Kong e Macau, estava sob o controle do Partido Comunista chinês. Com a presença dos nacionalistas em Taiwan, dos portugueses em Macau e dos britânicos em Hong Kong, essas três regiões encontravam-se fora do controle de Beijing.

A partir dessa sucessão de acontecimentos, China e EUA tiveram suas relações diplomáticas rompidas e, a reboque, os países aliados aos norte-americanos adotaram o mesmo comportamento.

Entre as décadas de 50 e 70, a China sofreu inúmeras conturbações econômicas, sociais, culturais, ideológicas e políticas, evidenciando um quadro doméstico de profundas vulnerabilidades e dificuldades sobre o caminho a ser adotado para se alavancar um desenvolvimento sustentado de longo prazo no país. Apesar dos esforços do Partido Comunista chinês em superar os desafios do país e atender às demandas sociais, o país enfrentou uma série de problemas não só conjunturais como estruturais.

No plano das relações internacionais, as fissuras ideológicas entre China e URSS se aprofundaram no decorrer da década de 60 que culminaram com a retirada dos técnicos soviéticos que estavam incumbidos de orientar a construção de uma série de projetos industriais chineses. Esse rompimento deixou a China ainda mais isolada e carente de recursos para reajustar o país <sup>7</sup>.

Nos anos 70, no curso da Revolução Cultural, a China diante do acirramento de suas dificuldades internas, do agravamento da tensão nuclear entre as duas superpotências, do cisma sino-soviético e de uma maior presença dos países do Terceiro Mundo no sistema internacional, procurou buscar uma brecha nesse contexto que pudesse tirá-la do seu isolamento.

O rompimento com a URSS e somado às dificuldades internas suscitaram possibilidades para os chineses refletirem sobre uma iniciativa de aproximação com os

---

<sup>7</sup> SARAIVA, José Flávio Sombra “Relações Internacionais: Dois Séculos de História – Entre a Ordem Bipolar e o Policentrismo” Vol II, Brasília, IBRI, 2001.

norte-americanos, o que poderia vislumbrar ao país uma alternativa de inserção internacional. Diante da necessidade de buscar recursos para atender às demandas domésticas, o Partido Comunista chinês iniciou um processo de aproximação com os EUA.

Após ter estudado ponto a ponto as diretrizes da política externa chinesa na visita secreta de Kissinger a Beijing em julho de 1971, germinaram as condições necessárias para que os dois países normalizassem suas relações. O auge desse processo foi consagrado com a visita do presidente norte-americano Richard Nixon no país em 1972 <sup>8</sup>.

Paralelamente às transformações estruturais da Guerra Fria, o poder norte-americano encontrava-se desgastado e demonstrava uma necessidade de adotar alguns ajustes políticos, econômicos e estratégicos a fim de revigorar o país <sup>9</sup>. Nessa fase de revisão, Nixon e Kissinger ajustaram suas estratégias sobre a China e articularam seus interesses na retomada das relações diplomáticas com os chineses.

Além disso, os EUA encontravam-se desgastados pela Guerra do Vietnã, e para reverter tal impacto negativo e restabelecer o prestígio do país, precisavam adaptar o seu comportamento internacional nesse cenário que se configurava.

Nos anos 70, os norte-americanos “entraram em um crescente (e inédito desde 1945) processo de perda de vigor econômico, com uma participação declinante na produção mundial, com o aumento do endividamento interno, pela ausência de poupança e pelo peso excessivo dos compromissos estratégicos”. <sup>10</sup>

---

<sup>8</sup> SARAIVA, José Flávio Sombra op. cit. P. 80

<sup>9</sup> PECEQUILO, Cristina Soreanu. “A Política Externa dos EUA: Continuidade ou Mudança?” Porto Alegre, UFRGS, 2003. P. 121.

<sup>10</sup> PECEQUILO, Cristina Soreanu. Op. cit. P. 123.

A implementação da *détente* foi uma forma de ajuste na atuação externa dos EUA que propôs uma distensão nas relações com a URSS e uma aproximação com novos atores de peso no jogo internacional, mais especificamente com a China. Essa reformulação na política externa norte-americana sinalizava um momento de transição do poder dos EUA, que da hegemonia passou para a liderança <sup>11</sup>.

Com relação aos chineses, a *détente* representou um quadro de possibilidades visto que Beijing procurou na aproximação com os norte-americanos recursos que pudessem atender ao interesses nacionais do país. Diante da importância que a opção externa norte-americana configurava, a China evitou qualquer confronto direto com os EUA, traçando cautelosamente o processo de aproximação das relações entre os dois países.

Mais adiante, abordar-se-ão as transformações pelas quais passaram a política externa chinesa e, em paralelo, o comportamento internacional da China e dos EUA. Por intermédio desse esforço analítico, identificar-se-ão os determinantes externos e as dificuldades domésticas da China que, conseqüentemente, conduziram o engajamento chinês na ordem global.

---

<sup>11</sup> PECEQUILO, Cristina Soreanu. op. cit. p. 123.

## 2.1) O I Ciclo da Política Externa Chinesa

A política externa chinesa, durante os anos da Guerra Fria, é marcada por importantes mudanças que, para propósitos analíticos, serão configuradas em ciclos a fim de melhor examinar as significativas reformulações pelas quais passaram a política externa chinesa, e as variáveis estruturais que influenciaram o processo de construção da identidade internacional da China <sup>12</sup>.

O primeiro ciclo da política externa chinesa está concentrado nos anos em que o país encontrava-se atrelado à opção soviética e, após o rompimento com a URSS, reincorporou ao sistema internacional nos anos 70 por meio da aproximação de suas relações com os EUA o que estimulou novos caminhos para a inserção da China no contexto global.

Ao longo desse processo, os chineses buscaram pôr em evidência a lógica dos seus interesses nas relações internacionais, explicitando que sua política externa consistia na busca pragmática de recursos no plano internacional, em superar a falência dos projetos revolucionários de construção do país (Movimento das Cem Flores, Grande Salto Adiante e a Revolução Cultural) e em atender às demandas domésticas da sociedade chinesa.

De acordo com Ma Yuzhen, o processo evolutivo da diplomacia chinesa pode ser dividido em três ciclos:

---

<sup>12</sup> U.S. Department of the Army, “Army Area Handbooks”, Chapter 12.02: “An Overview of the China’s Foreign Relations”, 1994.

- I) Primeiro ciclo que se inicia a partir da fundação da República Popular da China (1/10/1949) até a primeira metade dos anos 50;
- II) Segundo ciclo que se inicia a partir da segunda metade dos anos 50 até o final dos anos 60;
- III) Terceiro ciclo que se inicia a partir da década de 70 cujas variações conjunturais e estruturais refletiram no processo de inserção internacional da China nos períodos seqüentes;

Cada ciclo da política externa chinesa contém peculiaridades domésticas e um conjunto de determinantes externos que atuaram no processo de inserção internacional do país <sup>13</sup>.

Ma Yuzhen afirma que a articulação diplomática chinesa foi estabelecida num contexto de profundas transformações internacionais, e o estabelecimento da República Popular da China em 1949 redefiniu a estrutura do poder internacional na Guerra Fria <sup>14</sup>.

A ascensão de uma China comunista como centro de poder autônomo ajudou a transferir a arena da Guerra Fria para a Ásia. Nesse raciocínio, vale lembrar que a Coréia do Norte tornou-se num troféu importante para os chineses visto que a participação chinesa nesse episódio abalou consideravelmente o pêndulo da balança de poder desse período <sup>15</sup>.

---

<sup>13</sup> MA, Yuzhen. “A Política Externa da República da China”, *Takongpao*, Hong Kong, 10/06/1999.

<sup>14</sup> MA, Yuzhen. op. cit. P. 11.

<sup>15</sup> STOEßINGER, John G. “O Poder das Nações: A Política Internacional de Nosso Tempo”, Cultrix, São Paulo, 1975.

Para os EUA, a vitória das forças comunistas e a proclamação da República Popular da China em 1949 foram interpretadas como uma nova ameaça à segurança internacional já que vencia um novo modelo de comunismo na Ásia e aliado dos soviéticos.

Dentro dessa conjuntura, as opções diplomáticas oferecidas aos países eram estritamente limitadas pela dinâmica bipolar e, portanto, desde a fundação da República Popular da China, os três primeiros ciclos de sua política externa abrangem os acontecimentos da Guerra Fria que, mesmo isolada, influenciaram no seu comportamento internacional.

Diante de um cenário externo hostil na década de 50, e reforçado pela aceitação de Taiwan (República da China) no Conselho de Segurança da ONU, Mao Zedong estreitou suas relações com a URSS, buscando nessa aproximação recursos e assistência para atender às necessidades de seu país.

Ademais, a China continental viu-se bloqueada pela 7ª Esquadra dos EUA e pela maioria dos países do mundo, que retiraram seus embaixadores, bens e empresas, transferindo-os para Taiwan. O envolvimento chinês na Guerra da Coreia (1950-1953) acirrou mais a tensão bipolar e realçou a percepção de ameaça que os chineses configuravam.

Sob o aspecto doméstico, a China encontrava-se profundamente destruída. Sua infra-estrutura (rodovias e ferrovias) estava sem condições de uso. As unidades produtivas, além de poucas e obsoletas, precisavam de recursos para sair da inoperância. Grande parte

da colheita de grãos e alimentos, nesse período, estava comprometida e os estoques tinham sido transportados pelas tropas do *Guomindang* em fuga <sup>16</sup>.

Em todo o país, reinava a anarquia, e nesse contexto, a primeira preocupação do governo comunista era agir em prol da reconstrução do país, visando recuperar a economia destruída pela guerra, liquidar a inflação, reduzir o desemprego, criar condições para o desenvolvimento e adotar medidas que pudessem proporcionar à China um grau mínimo de estabilidade. Dentro dessas circunstâncias, em 1953, foi adotado nos moldes soviéticos o Primeiro Plano Quinquenal com o propósito de restaurar a economia chinesa.

É pertinente mencionar que nesse ciclo da política externa chinesa, um dos objetivos centrais dos dirigentes chineses era recuperar o prestígio internacional que, desde os últimos anos do governo do *Guomindang*, estava em baixa. Vale lembrar que a Guerra da Coreia complicou ainda mais o *status* internacional do país, fixando os EUA numa posição de hostilidade visto que garantiram que Taiwan ficaria fora do controle de Beijing, e a República Popular da China fora da ONU.

Nos anos 50, essa situação foi gradativamente revertida graças ao pai da diplomacia chinesa, Zhou Enlai, que detinha em suas mãos os cargos de premiê do Conselho de Estado e ministro do Exterior o que lhe permitiu formular todas as decisões vinculadas à atuação externa da China <sup>17</sup>.

A participação diplomática nas reuniões convocadas para resolver a guerra franco-vietnamita em abril de 1954, na Genebra, a atuação política na conferência de Bandung, realizada na Indonésia em 1955, a articulação cordial com o governo indiano, e entre outras

---

<sup>16</sup> POMAR, Wladimir “A Revolução Chinesa”, UNESP, São Paulo, 2003. P. 83.

<sup>17</sup> SPENCE, Jonathan D. “Em Busca da China Moderna – Quatro Séculos de História”, Companhia das Letras, São Paulo, 2000. P. 524



atribuições, conferiram ao premiê Zhou Enlai uma importante visibilidade no processo de inserção internacional da China.

Além da figura do Zhou Enlai, é pertinente mencionar o personalismo de Mao Zedong na política externa chinesa. Essa atribuição personalista está presente não só nesse ciclo como também nos estágios posteriores, mostrando à comunidade internacional que a China estava centralizada nas mãos de um só dirigente político.

## **2.2) II Ciclo da Política Externa Chinesa**

O segundo ciclo da política externa chinesa, que se inicia a partir da segunda metade dos anos 50 até o final dos anos 60, foi marcado por uma sucessão de episódios domésticos e internacionais que, direta ou indiretamente, conduziu o avanço da inserção internacional da China.

No plano interno, os principais eventos que marcaram o país foram: o Movimento das Cem Flores, em 1957, o Grande Salto Adiante, entre 1958 e 1960, e a Revolução Cultural, entre 1966 e 1976.

O Movimento das Cem Flores emergiu com o intuito de desenvolver a idéia de “deixar uma centena de flores florescerem” no campo da cultura, e “uma centena de escolas de pensamento se digladiarem” no campo da ciência. Ou seja, levar os intelectuais a colocar toda a sua capacidade a serviço da construção socialista.

No entanto, em todo o país, predominava um quadro de insatisfação popular, greves operárias, manifestações estudantis e protestos intelectuais. Esse cenário evidenciou que o modelo socialista encontrava-se num grau elevado de desgaste, e os dirigentes comunistas precisavam agir para não deixar florescer elementos anti-socialistas.

A Campanha das Cem Flores foi um movimento antidireitista que questionou o poder exercido pelo Partido Comunista chinês e, em meio às ondas de ressentimentos e descontentamento popular, foi duramente reprimida. Do calor das tensões e discussões políticas desse movimento, nasceu o Grande Salto Adiante que tinha como propósito

aumentar a produção agrícola para impulsionar o crescimento industrial e a capacidade produtiva do país <sup>18</sup>.

Lançado em 1958, o Grande Salto mobilizou toda a sociedade chinesa em nome do fortalecimento da nação. Tal como apregoava Mao Zedong, era necessário provar que “a vontade e a força humana podiam vencer todos os desafios naturais e técnicos”. Assim, convocou todo país para uma campanha de construções gigantescas, tais como duplicar a produção de aço, unificar as cooperativas agrícolas em comunas populares, construir obras hidráulicas e canais de irrigação, a fim de aumentar o ritmo de desenvolvimento e a base produtiva da China.

No entanto, o Grande Salto não conseguira atingir seus objetivos: o atraso tecnológico e a falta de investimentos fracassaram as tentativas do governo comunista de reerguer o país, mergulhando-o em meio à fome social e ao caos político. Desgaste e dispersão da força de trabalho e dos recursos naturais, sérias desproporções na produção, calamidades naturais de 1959 e 1960, e outros fatores que em conjunto constituiu um quadro desolador para reconstruir o país nos moldes socialistas.

Em paralelo ao planejamento e à implementação do Grande Salto Adiante, ocorria um período ambíguo nas relações entre China e a URSS. Esse contexto foi acirrado ainda mais pelas divergências ideológicas e políticas que separavam os dois países comunistas a respeito da coexistência pacífica e do apoio aos movimentos de libertação nacional que ocorriam nesse período <sup>19</sup>.

---

<sup>18</sup> SPENCE, Jonathan D. op. cit. p. 542.

<sup>19</sup> SPENCER. Jonathan D., op. cit. p. 550

Por trás desses desentendimentos, os chineses redefiniram a sua política externa “*lean to one side*” com a URSS, evidenciando uma crescente deterioração nas relações sino-soviéticas e levando à China a apostar cada vez mais na sua aproximação com outros países do Ocidente.

Além disso, nesse momento, acontecia uma série de distúrbios antiamericanos em Taiwan que foram reprimidos por Chiang Kai-shek. Como um gesto formal de desculpas aos EUA pelos tumultos, o governo nacionalista permitiu a instalação de mísseis terrestres na ilha, que poderiam alcançar artefatos nucleares a centenas de quilômetros dentro do território chinês<sup>20</sup>. A permanência norte-americana na região fez com que os dirigentes comunistas da China perdessem as esperanças de recuperar Taiwan pacificamente.

Preocupado com a perda de vitalidade da revolução socialista e somado ao crescente desprestígio do Partido Comunista, Mao Zedong articulou manobras para superar esse quadro, deflagrando a Revolução Cultural no início de 1966. A importância desse movimento revolucionário consistia, em linhas panorâmicas, na eliminação da ala radical do Partido Comunista chinês e na recomposição mais moderada do Estado.

No âmbito das relações internacionais, o processo de descolonização dos anos 60 e a entrada de novos atores nos fóruns globais criou um cenário favorável para a China na medida em que ela assumia o papel de porta-voz dos países da América Latina, Ásia e África na sua luta contra o imperialismo.

Além disso, nascia o Movimento dos Países Não-Alinhados (1960) que buscava a construção de uma “terceira via” no cenário internacional e a reafirmação dos Cinco

---

<sup>20</sup> SPENCER, Jonathan D. p. 551.

Princípios da Coexistência Pacífica <sup>21</sup>. Os Não-Alinhados manifestaram-se contra o domínio das grandes potências, destacaram a necessidade de uma nova ordem política e econômica mundial, e propuseram o desenvolvimento dos países do Terceiro Mundo.

Esse contexto foi positivo para a China na medida em que ela encorajava movimentos pró-independência a fim de promover novas opções externas para a sua inserção internacional, e criar uma plataforma de interesses que refletisse as barganhas dos países em desenvolvimento na arena global <sup>22</sup>.

No plano regional, a China desenvolveu uma política externa de boa vizinhança com os países da Ásia-Pacífico, e com esses resolveu seus problemas limítrofes através de acordos e códigos de conduta.

Em 1964, a China lança com sucesso seu artefato nuclear o que abalou a correlação de força na Ásia nesse período. Reconhecendo a importância estratégica desse episódio, a Itália, a Áustria e o Japão relaxaram suas relações com os chineses, apesar de que Beijing não conseguira estender suas relações diplomáticas a mais do que trinta países <sup>23</sup>.

No mesmo ano, a política externa chinesa articulava iniciativas de aproximação com a França o que culminou com o reatamento de suas relações e pôs em dúvida o caráter homogêneo da Aliança Ocidental. Ao estabelecer vínculos diplomáticos com a China, o presidente francês De Gaulle deu a entender que o isolacionismo chinês estava chegando ao

---

<sup>21</sup> Os Cinco Princípios da Coexistência Pacífica consistiam em: autodeterminação, não intervenção em assuntos internos, respeito mútuo, benefício recíproco e igualdade de tratamento.

<sup>22</sup> SARAIVA, José Flávio Sombra op. cit. p. 242.

<sup>23</sup> POMAR, Wladimir. Op. cit. p. 98

fim. Esse cenário evidenciou a emergência da China enquanto um peso considerável no sistema internacional <sup>24</sup>.

Frente à presença da Sétima Frota militar dos EUA no Estreito de Taiwan e às estratégias de dominação lançadas pela URSS no norte e noroeste do território chinês, Mao Zedong elaborou a política externa dos “dois socos” que, na prática, consistiu numa estratégia de lidar, ao mesmo tempo, com as hostilidades imperiais norte-americanas e soviéticas.

Contudo, os obstáculos internos pelos quais a China estava enfrentando e as tensões políticas com a URSS fizeram com que Mao rompesse suas relações com os soviéticos em 1963, apostando numa aproximação pragmática com os EUA <sup>25</sup>.

Sobre esse período, John F. Copper analisa o seguinte: *“by the end of the 1960s, it was clear that the U.S. had to get out of the Vietnam War, and China was a key to succeeding in the effort. The United States, in fact, hoped the Chinese leaders would use their influence over Hanoi (which was considerable because China was the largest provider of weapons and economic aid to Vietnam) to end the war and allow the U.S. to withdraw. Beijing was also seen to provide a solution to the challenge of the Soviet Union’s global military buildup, which, in the wake of Vietnam, the U.S. could not match. Better relations between China and the U.S. would serve to counterbalance.”* <sup>26</sup>

---

<sup>24</sup> <http://www.fmprc.gov.cn/chn/ziliaowjs/2159/t8987.htm>

<sup>25</sup> YU, Zhengliang, “International Relations in the Age of Globalization”, Shanghai, Fudan University Press, 2002, p. 265.

<sup>26</sup> COPPER, John F., “China Diplomacy: The Washington – Taipei – Beijing Triangle”, Beijing, Qinghai Press, 1999, p. ix, Preface.

A reaproximação entre os EUA e a China foi um mecanismo estratégico para ambos os países: de um lado, os nortes americanos, desgastados pela Guerra do Vietnã, estavam ansiosos para saírem do conflito e, de outro, os chineses contrabalançariam o imperialismo soviético com uma alternativa de inserção internacional. Esse contexto configurou num primeiro passo a favor da normalização das relações sino-americanas <sup>27</sup>.

Ademais, como a política externa chinesa era ditada sob o personalismo de Mao Zedong, a filosofia que conduziu o dirigente político chinês a se aproximar com os EUA era “aliar-se ao inimigo secundário para derrotar o inimigo prioritário”. Nesse momento, entendia-se que o inimigo prioritário era a URSS.

Na obra “*Diplomacy*”, o então secretário de Estado norte-americano Henry Kissinger ressalta que o propósito da reaproximação com Beijing consistia em: “*in the event, Nixon achieved his goal, though China was induced to rejoin the community of nation less by the prospect of dialogue with the United States than by fear of being attacked by its ostensible ally, the Soviet Union.*” <sup>28</sup>

Entendia-se que, apesar das divergências ideológicas entre China e EUA, as manobras de rearticulação das relações sino-americanas visavam a um propósito pragmático: deteriorar a capacidade de poder da URSS.

Em outubro de 1967, Nixon lança um artigo na Revista *Foreign Affairs* no qual reconhece a importância da reinserção da China na comunidade internacional: “*taking the long view, we simply cannot afford to leave China forever outside the family of nations, there to nurture its fantasies, cherish its hates and threaten its neighbors. There is no place*

---

<sup>27</sup> Idem, *Ibidem*, p. ix, Preface.

<sup>28</sup> KISSINGER, Henry. “Diplomacy”, New York, Simon & Schuster, 1994, p: 721.

*on this small planet for a billion of its potentially most able people to live in angry isolation”*<sup>29</sup>.

Sendo mais específico, Nixon sustenta que reatar com a China seria uma oportunidade para criar mudanças significativas no sistema internacional: “*We must not forget China. We must always seek opportunities to talk with her, as with the USSR, (...) We must not only watch for changes. We must seek to make changes*”<sup>30</sup>. Nesse entendimento, o equilíbrio de poder nesse período seria implementado por uma estratégia triangular entre China e EUA, que estabeleceriam um contraponto com a URSS.

Mao Zedong, preocupado com a concentração de tropas soviéticas nas fronteiras chinesas, com o isolamento do país após o rompimento da política externa “*lean to one side*”, com a necessidade de explorar o campo energético da China e com a configuração de poder no sistema internacional bipolar, interpretou que a aproximação com os EUA poderia ser uma alternativa estratégica aos problemas que o país enfrentava nesse período.

Diante dessa conjuntura, esse ciclo foi marcado por importantes mudanças na política externa chinesa que conduziram à China redefinir uma linha de atuação com vistas a terminar a fase de isolamento em que se encontrava logo após o rompimento das suas relações com a URSS.

---

<sup>29</sup> NIXON, M. Richard, “Asia after Vietnam”, In: *Foreign Affairs*, Vol. 46, No. 1, Oct. 1967.

<sup>30</sup> “Nixon view of the world from informal”, In: *U.S. News & World Report*, Vol. LXV, No. 12, Sept. 16, 1968.



### 2.3) III Ciclo da Política Externa Chinesa

No terceiro ciclo da política externa chinesa, em que abrangem as variáveis internas do país e as transformações mundiais da década de 70, busca-se a intensificação da atuação da China no sistema internacional, articulando um contraponto à URSS e estimulando a introdução de novos atores no equilíbrio bipolar.

No final dos anos 60, o mau desempenho dos EUA na Guerra do Vietnã e os esforços frustrados de encontrar uma saída para esse conflito contribuíram para constituir um quadro de aproximação com os chineses.

A *détente* entre os EUA e a China já se delineava de forma mais nítida no início dos anos 70, e a normalização entre os dois países foi considerada como uma estratégia para lidar com as variáveis estruturais do sistema internacional. Para ambas as partes, a rearticulação significou um distanciamento pragmático de suas orientações ideológicas <sup>31</sup>.

O anúncio da viagem de Nixon à China teve um resultado previsível na ONU no final de 1971. A Assembléia Geral, por uma diferença apertada de 59 a 55, com quinze abstenções, votou contra a moção patrocinada pelos EUA que permitiria a Taiwan manter seu assento no organismo. Por um voto formal, a República Popular da China ganhou então um assento, o que significou a expulsão da delegação de Taiwan <sup>32</sup>.

Dessa forma, a China foi aceita como membro do Conselho de Segurança da ONU, além de ter seu regime reconhecido, suas relações foram normalizadas com vários países e,

---

<sup>31</sup> <http://www.fmprc.gov.cn/chn/ziliao/wis/2159/t8987.htm>

<sup>32</sup> SPENCER, Jonathan D. Op. cit. p.: 590.

dentre eles, com os EUA que foi coroado com a assinatura do Comunicado de Shanghai em 28 de fevereiro de 1972.

Esse marco inaugurou uma nova página na história das relações diplomáticas entre China e EUA, e colocou um fim ao isolamento mútuo que durou mais de vinte anos. Ambos os países registraram no Comunicado o comprometimento de normalizar suas relações, reduzir o risco de conflito militar e impedir quaisquer tentativas de estabelecimento de hegemonias regionais na Ásia-Pacífico.

A ruptura do embargo comercial a Beijing ocorreu em seguida e se materializou com as grandes exportações de grãos norte-americanas. De 1972 a 1974, os EUA tornaram-se o segundo parceiro comercial da China, ficando somente atrás do Japão. Nessa direção, a abertura chinesa foi complementada pela concessão ao crédito e ao financiamento internacional, o que permitiu ao país intensificar o grau de inserção internacional de sua economia.

Apesar de haver pontos de entendimento em comum entre os dois países nas agendas política e diplomática, a questão de Taiwan continuava indefinida no Comunicado de Shanghai visto que “havia diferenças óbvias de opiniões enraizadas nos diferentes sistemas sociais e políticas externas da China e dos EUA”<sup>33</sup>.

Para a República Popular da China, Taiwan é considerada como um assunto interno no qual nenhum país tem o direito de intervir, opondo-se a qualquer atividade que tenha por objetivo a criação de “uma China, uma Taiwan”, “duas Chinas” ou uma “Taiwan independente”.

---

<sup>33</sup> SPENCE, Jonathan D. Op. cit p.: 591.

Por sua vez, os EUA reconhecem que Taiwan é parte da China e reafirmam a importância de uma solução pacífica para o Estreito. No entanto, Washington ainda mantém suas forças e instalações nucleares no Estreito, e afirmam que só serão retiradas na medida em que a tensão e a instabilidade na região diminuam. Essa situação não agradou aos chineses, e a questão de Taiwan ficou e ficará pendente nos períodos subsequentes da política externa chinesa, constituindo num constante ponto de discórdia nas relações sino-americanas.

O Departamento de Forças Armadas norte-americana, em seu manual militar “*Army Area Handbook*” analisa que “*in the 1970s China began to redefine its foreign policy after the isolation and militancy of the late 1960s. China reestablished those of its diplomatic missions that had been recalled during the Cultural Revolution and began the process of rapprochement with the United States. The People’s Republic of China was admitted into UN in 1971 and was recognized diplomatically by an increasing number of nations. The Third World was the main force in international affairs. Its growing opposition to superpower hegemony was exemplified by such world events as the Arab nations’ control of oil prices, Egypt’s expulsion of Soviet aid personnel in 1972, and the United States withdrawal from Vietnam.*”<sup>34</sup>

Ainda na arena das relações internacionais, a política externa chinesa articulou importantes acordos industriais com o Japão, e estabeleceu relações comerciais com a Grã-Bretanha e a França. Esse quadro mostra que, cada vez mais, a China articulava a intensificação da sua inserção internacional.

---

<sup>34</sup> US Department of The Army, *Army Area Handbooks*, Chapter 12.02, “An Overview of the China’s Foreign Relations”

No plano doméstico, a morte de Zhou Enlai, em janeiro de 1976 e a de Mao Zedong em setembro do mesmo ano, gerou uma violenta crise política na China e uma ambigüidade nas orientações da atuação externa do país. As constantes brigas entre as diferentes facções do Partido Comunista, e os choques entre o governo e a oposição levaram à desorganização geral do país. Ademais, o país enfrentava uma onda de greves, graves problemas econômicos e sérias calamidades naturais que, em conjunto, deteriorou consideravelmente a situação interna da China.

Para tirar o país da crise, em 1978, na V Assembléia Nacional Popular, Deng Xiaoping defendeu um plano de desenvolvimento do país, “As Quatro Modernizações”, na esfera econômica, política, social e cultural, e adotou uma política de gradual abertura da economia chinesa para o exterior.

As Quatro Modernizações foram implementadas e orientadas pelo regime socialista, e tinham como principal objetivo a modernização das estruturas produtivas do país. Assim, nesse momento, Deng engrena uma série de reformas a fim de desenvolver o país, promovendo um maior intercâmbio com o mercado internacional, a substituição de importações e a obtenção de recursos e tecnologia. Neste primeiro momento, Beijing estimula o comércio exterior e a entrada de investimentos externos para o desenvolvimento do país.

No final do ano de 1978, houve alguns eventos significativos que marcaram esse ciclo da política externa chinesa, dentre eles, a ratificação do Tratado de Paz e Amizade Sino-Japonês; a denúncia de Deng Xiaoping do novo Tratado de Amizade e Cooperação Soviético-Vietnamita como uma ameaça à paz e à segurança do Pacífico; o anúncio de que

os EUA e a China iriam estabelecer relações diplomáticas plenas em 1º de janeiro de 1979 e trocar embaixadores em 1º de março do mesmo ano <sup>35</sup>.

As peculiaridades desse ciclo da política externa chinesa residem no aprofundamento da inserção internacional da China e no alcance da plenitude das relações sino-americanas. Para Beijing, reatar-se com Washington poderia significar a obtenção de recursos para o seu desenvolvimento e possibilidades para o seu engajamento externo. Tal como dizia a observação pragmática de Deng, “não importa se o gato é branco ou preto, desde que pegue os ratos, é um gato bom”.

A ênfase no programa das Quatro Modernizações foi voltada à criação de uma plataforma exportadora, ao desenvolvimento da região costeira do país, à criação das Zonas Econômicas Especiais, ao incentivo para a entrada de investimentos externos, à desvalorização da moeda chinesa, o *renminbi*, e outras medidas tomadas pelo governo chinês a fim de impulsionar as reformas econômicas.

A expansão das exportações e o acesso ao crédito internacional permitiram ao governo chinês implementar um volumoso programa de importações de máquinas e equipamentos, que foram essenciais à modernização da indústria pesada, sem comprometer a expansão da indústria leve de consumo e a agricultura.

Na medida em que se acelerava o processo de modernização da China, os desafios têm sido constantes quanto aos mecanismos para intensificar o engajamento internacional do país. Nessa direção, a política externa chinesa deverá desenvolver uma dupla linha de ação: de um lado, compatibilizar os problemas domésticos do país com as suas prioridades

---

<sup>35</sup> SPENCE, Jonathan D. op. cit. p.: 613.

externas e, de outro, manter o atual sistema político com a expansão e abertura da economia chinesa <sup>36</sup>.

---

<sup>36</sup> HU, Angang & MAN, Honghua, op. cit., p. 06

### **3) A Política Externa Chinesa Contemporânea**

Nesta parte do estudo serão abordadas as evoluções pelas quais passaram as diretrizes e os fundamentos da política externa chinesa contemporânea. Diante da necessidade de levar adiante o programa das “Quatro Modernizações”, os dirigentes chineses terão duas frentes de desafios, de um lado, redefinir as relações sino-americanas na conjuntura internacional que se configurava, e por outro, criar um ambiente externo que seja favorável à marcha das reformas de Deng Xiaoping.

É pertinente expor, de forma sucinta, componentes realistas e liberais na leitura que se faz sobre a atuação da China no cenário internacional. A interpretação realista sustenta que o crescimento e o desenvolvimento chinês poderá tornar o país mais expansionista conforme aumenta a sua capacidade relativa.

Por outro lado, os liberais defendem que as transformações domésticas somadas a uma maior interação internacional serão benéficas, constituindo um quadro favorável para implementar mais reformas econômicas e abertura política na China.

Apesar das duas correntes apresentarem consistentes argumentos teóricos que analisam o comportamento atual da China, nenhuma delas é capaz de revelar o enigma chinês: será o país uma força de estabilidade ou uma ameaça internacional? À medida que se interage com a comunidade internacional, apesar das oportunidades e fascínio que ela oferece, a China tem apresentado constrangimentos e conflitos, e essa dimensão, por si só, alimenta incertezas com relação ao seu futuro.

Verifica-se que ao longo dos anos oitenta, a China preocupou-se em afirmar a sua política externa sobre duas prioridades: manter a estabilidade doméstica e dar continuidade às reformas econômicas do país.

No plano das relações com a URSS, desde o rompimento de suas relações no início de 1960, a China insistia na solução de três pontos divergentes: o fim da concentração de tropas soviéticas na fronteira com a China, a retirada das tropas soviéticas do Afeganistão e o fim do apoio soviético à ocupação vietnamita no Camboja.

Nessa direção, os pedidos de diminuição de tensão foram atendidos em 1985 pelo novo líder soviético Mikhail Gorbachev que foram coroadas com a expansão dos contatos comerciais e culturais entre China e URSS, e a reabertura de consulados em Shanghai e Leningrado <sup>37</sup>. Esse quadro de aproximação sinalizou uma tendência positiva para a intensificação da inserção internacional da China.

Vale apontar que em 1989 seria um ano de grandes comemorações para a China: os duzentos anos da Revolução Francesa, os setenta anos do Movimento Quatro de Maio, os quarenta anos da República Popular e a passagem dos dez anos de reatamento formal de relações com os EUA <sup>38</sup>.

No entanto, na primavera do mesmo ano, ocorreram manifestações estudantis e intelectuais que se concentraram na Praça da Paz Celestial (*Tiananmen*), em Beijing, reivindicando com o governo chinês a implantação de um sistema político democrático nos moldes ocidentais na China. Esse movimento foi duramente reprimido, e as cenas violentas da

---

<sup>37</sup> SPENCE, Jonathan D. op. cit. p.: 667.

<sup>38</sup> SPENCE, Jonathan D. op. cit. p.: 685.



repressão foram exploradas pelos meios de comunicação internacional, mostrando tal situação como parte de um massacre.

Esse episódio rendeu à China uma série de críticas, repúdios e sanções econômicas impostas pelos países da comunidade internacional, sobretudo os EUA, que condenaram veementemente a atitude do governo chinês diante o movimento estudantil.

Após o episódio da Praça da Paz Celestial, debates e análises foram levantados para discutirem a contradição do modelo de modernização da China: seria possível aos dirigentes políticos insistir no crescimento econômico sem implementar qualquer mudança política fundamental? O que se tem verificado é o crescente desafio do partido comunista chinês em manter o equilíbrio entre as reformas econômicas e a abertura política a fim de garantir a estabilidade e o desenvolvimento no país <sup>39</sup>.

No final dos anos oitenta e no início da década de noventa, a China tem articulado duas importantes atuações externas: i) reforçar uma política de boa vizinhança com os países asiáticos, a diplomacia *zhoubian*, que ganhou impulso com o restabelecimento das relações diplomáticas com várias nações, dentre elas, Indonésia, Singapura, Coréia do Sul, Vietnã, Tailândia e Malásia; ii) resolver desentendimentos e conflitos com os países desenvolvidos e ocidentais <sup>40</sup>.

A importância da diplomacia *zhoubian* reside na ênfase de algumas linhas de atuação da China que contribuíram para o seu engajamento regional. Dentre elas, são: i) reforçar e estreitar os laços já existentes com os países asiáticos; ii) corrigir as divergências

---

<sup>39</sup> SPENCE, Jonathan D. op. cit. p.: 693.

<sup>40</sup> OLIVEIRA, Amaury Porto. “China e Japão Enfrentam a Modernização”. *Série Carta Internacional* nº 14, janeiro/ 1997, p. 19.

que prevalecem no campo da segurança; iii) expandir laços econômicos e iv) participar de organizações multilaterais no plano regional.

No início da década de 1990, com a Guerra do Golfo, a situação internacional encontrava-se instável para a China manter a sua política de paz e desenvolvimento (*fazhang yu heping*) e, nessas circunstâncias, o país frisou a importância de zelar em torno de suas fronteiras um ambiente externo que seja favorável para dar continuidade ao seu projeto de modernização.

Ademais, nesse contexto, o tema da nova ordem internacional encontrava-se no seu auge e convertera novas pontes de aproximação e conciliação entre os Estados Nacionais. Diante dessa tendência, a China reforçou o seu repúdio ao comportamento hegemônico das grandes potências que foi explícito na Guerra do Golfo. Após o episódio da Praça da Paz Celestial em 1989 e a vitória das forças aliadas na Guerra contra o Iraque, o quadro era otimista para a China estabilizar a sua política e promover crescimento na sua economia.

Ao redefinir a atuação externa da China, o então Primeiro Ministro chinês Li Peng expôs em janeiro de 1991 uma proposta que foi denominada de “uma política externa independente de paz”, fortemente inspirada nos Cinco Princípios da Coexistência Pacífica<sup>41</sup>.

A política externa contemporânea da China é definida no conceito de independência, ou seja, em função dos seus interesses nacionais, na importância da paz a fim de dar

---

<sup>41</sup> Os Cinco Princípios da Coexistência Pacífica são a autodeterminação, não intervenção em assuntos internos, respeito mútuo, benefício recíproco e igualdade de tratamento que foram elaborados por *Zhou Enlai* e *Nehru* na Conferência de Bandung (1955).

continuidade no processo de desenvolvimento do país, e no pragmatismo em que a importância de suas prioridades está acima de qualquer diretriz ideológica <sup>42</sup>.

Além dos Cinco Princípios da Coexistência Pacífica, a política externa chinesa defendeu a construção de uma ordem multipolar (*duojihua*) que possa contrapor à hegemonia unipolar exercida pelos EUA, articulando com os países periféricos uma frente de oposição contra qualquer política de força <sup>43</sup>.

Avançando um pouco mais, Beijing defende em sua política externa a importância de estruturas multilaterais que concederiam aos Estados mecanismos legítimos de defesa contra qualquer eventual contencioso, sobretudo com as grandes potências. Nessa direção, o próprio Partido Comunista chinês reconhece o multilateralismo como o caminho mais apropriado para pautar suas ações internacionais no esforço de compatibilizar seus interesses nacionais com as regras multilaterais.

Esse reconhecimento é recente e constitui um ponto evolutivo da política externa chinesa que foi traduzido em discussões debatidas no Congresso do Partido Comunista chinês, no final da década de 90. O multilateralismo é entendido como uma opção internacional que se contrapõe ao unilateralismo e resguarda aos Estados possibilidades de negociações e instrumentos de soluções de divergências e conflitos <sup>44</sup>.

Tais evoluções mostram que a política externa chinesa tem se tornado cada vez mais pragmática e menos ideológica, afirmando uma postura assertiva em detrimento da imagem

---

<sup>42</sup> XIE, Yixiang. “Connotations of China’s Peaceful Foreign Policy: Development and Deepening”. IN HSUEH, Chentu & LIU Shan, *New Dimensions of China’s Diplomacy*, Beijing, 1997, pp. 91-124.

<sup>43</sup> XIE, Yixiang, op. cit. p.: 123.

<sup>44</sup> DE OLIVERIA, Amaury Porto. “Dissonâncias e Convergências Sino-Japonesas no Séc. XXI”, *Política Externa*, Vol. 12, nº 4 MAR/ABR/MAI 2004, p. 18.

reticente que havia deixado no passado. Esse comportamento racional, descolado de qualquer princípio ideológico, reflete a nova mentalidade dos dirigentes políticos chineses de promover no plano internacional a estratégia de grande potência da China (*da guo zhanlue*)<sup>45</sup>.

Hoje, no aspecto doméstico, o Partido Comunista chinês busca, de um lado, conduzir uma cautelosa transição política e, de outro, destacar a importância desse processo na garantia da estabilidade interna do país. No final dos anos oitenta, a primeira transferência de poder ocorreu quando Jiang Zemin foi escolhido para assumir o cargo de Secretário Geral do Partido Comunista chinês.

Na lógica de um Estado nacional e soberano, a China enxerga-se a si própria como uma grande potência e quer exercer um papel no sistema internacional que faça jus ao seu status, implementando sua estratégia de grande potência (*da guo zhanlue*) nas suas iniciativas externas<sup>46</sup>.

No exercício de sua diplomacia, a China tem emergido como um ator ativo e assertivo, adotando um comportamento construtivo sobre questões regionais e globais. Além disso, impulsionada por determinantes externos, ela não só adere às regras institucionais, como também quer participar no processo da formatação de decisões que influenciem a dinâmica do concerto internacional.

Em busca de reiterar a vocação de um país que busque compatibilizar a política externa com a nova realidade chinesa, em 2001, no seu discurso proferido durante a celebração do 80º Aniversário do Partido Comunista, já na condição de chefe de Estado,

---

<sup>45</sup> GAO, Haikuang “Toward a New Century: the International Environment and China’s Foreign Policy”, IN HSUEH, Chentu & LIU Shan, *New Dimensions of China’s Diplomacy*, Beijing, 1997, pp. 235-245.

<sup>46</sup> GAO, Haikuang. Op. cit. p.: 243.

Jiang Zemin fez questão de mencionar que a imagem de vítima da China (*shouhaizhe xintai*), que foi tão apregoada na Era de Mao Zedong e de Deng Xiaoping, está sendo substituída por uma postura de grande potência (*daguo xintai*), destacando uma perspectiva de que o país é um *global player* responsável, ativo, assertivo e quer desempenhar funções que lhe são cabíveis.

Ao longo do seu amadurecimento, as decisões referentes à política externa tornaram-se mais institucionalizadas e cada vez menos descoladas à figura personalista dos líderes chineses. Essa mudança é importante para consolidar o pragmatismo no comportamento internacional da China visto que a institucionalização confere às regras do jogo político um grau maior de previsibilidade e confiabilidade.

No que se refere às decisões que tratam de questões estratégicas na política externa chinesa, foi estabelecido Pequenos Grupos de Líderes da Segurança Nacional (*Guojia Anquan Lingdao Xiaozu*) que coordenam assuntos voltados à segurança do país, assegurando o não predomínio de nenhuma facção do Partido Comunista. Esse fato mostra, ainda de forma imatura, que a China hoje está implementando um processo de descentralização do poder político, dando importância à diversificação das fontes de reflexão na discussão de interesses nacionais.

Vale destacar que no decorrer dos anos noventa, preocupou-se em promover as diretrizes da política externa chinesa e estreitar relações bilaterais através de viagens internacionais realizadas com chefes de Estados. Jiang Zemin, Li Peng, Zhu Rongji e Hu Jintao, pertencentes a terceira e a quarta geração de líderes, advogam os benefícios de uma maior inserção internacional da China, conduzindo inúmeras missões políticas a fim de

divulgar uma diplomacia chinesa que reflita o perfil do país como uma grande potência e com responsabilidades a serem zelados.

É considerado também como um componente evolutivo da política externa chinesa contemporânea a sua disposição de assumir responsabilidades mundiais e participar nas discussões de formatação de novas regras internacionais, conferindo à China uma espécie de *soft power* no seu papel de reordenamento global. Um exemplo eloqüente do reconhecimento da importância da presença da China é a participação do presidente Hu Jintao na reunião do G-8 (Grupo dos Países mais Industrializados), na qualidade de “*dialogue member*”, a fim de discutir temas econômicos e políticos entre as grandes potências na sessão de 2003.

Contudo, a política externa chinesa apresenta alguns aspectos contraditórios que são refletidos no ato da sua propagação: ao mesmo tempo em que China alimenta uma auto-imagem de grande potência, ela ainda enfrenta sérios desafios na erradicação da pobreza e do subdesenvolvimento sócio-econômico; prega, de um lado, uma política de maior abertura política e reforma econômica, mas, por outro, preocupa-se com as questões de soberania; adota uma postura pragmática, porém não pode abrir mão dos princípios orientadores do Partido Comunista; defende a sua participação ativa nas atividades multilaterais, mas reforça suas relações bilaterais com outros Estados, revelando-se incoerente com o seu discurso diplomático <sup>47</sup>.

Essas contradições têm conferido à política externa chinesa uma dimensão dicotômica já que os dirigentes políticos da China almejam um reconhecimento internacional de grande potência (*da guo*), porém mantêm uma postura conservadora

---

<sup>47</sup> ZHAO, Suisheng. op. cit. p. 7

quanto aos temas mais sensíveis (tal como direitos humanos), rejeitando qualquer interferência legítima de organismos multilaterais nos assuntos considerados domésticos pelos dirigentes de Beijing.

Por outro lado, a política externa chinesa considera importante impulsionar com todos os Estados uma nova ordem política e econômica internacional, e nessa tarefa, enfatiza a necessidade da sua participação nas chamadas “responsabilidades mundiais”.

Essa disposição é vista em vários esforços de participação da China em questões multilaterais, tais como a sua mediação nos impasses entre os EUA e a Coreia do Norte, o seu envolvimento na Missão de Paz no Haiti, a sua prontidão no combate contra o terrorismo logo após os atentados do 11 de Setembro, a sua cooperação na formação de organismos multilaterais e entre outros.

Dessa maneira, apesar das contradições que apresenta, a política externa chinesa vem trabalhando para compatibilizar a sua estratégia de grande potência com o desafio de aprofundar o seu processo de inserção internacional, preservando políticas de engajamento e cooperação com outros países, sobretudo os da Ásia-Pacífico e os EUA.

Com relação aos norte-americanos, cumpre mencionar que Beijing zela por uma política externa de engajamento, apesar dos percalços enfrentados por ambas as partes. Essa postura reflete o pragmatismo chinês que busca nas relações com os EUA redefinir a sua posição no sistema internacional. Nesse contexto, vale a pena frisar que, enquanto a China precisar de recursos para legitimar seus interesses nacionais na arena internacional, deverá manter boas relações com os EUA.

## 4) O Papel dos EUA na Inserção Internacional da China

Com o fim da Guerra Fria, o sistema internacional entra em um período de rápidas e profundas transformações e, nesse cenário, visualiza um processo de reordenamento das posições relativas dos Estados, a dispersão dos temas de relações internacionais, o aceleramento do confronto de movimentos contraditórios, a globalização e a fragmentação, e entre outras tendências que conduzem à construção de uma nova ordem mundial <sup>48</sup>.

Um aspecto marcante dessa transformação na ordem internacional é a readaptação da política externa norte-americana que, desde a queda do muro de Berlim, vem revisando o conteúdo de suas prioridades e estabelecendo novos temas na sua agenda diplomática e na sua atuação estratégica <sup>49</sup>.

Com a sua posição de superpotência, herdada da Guerra Fria, os EUA vêm questionando sobre o rumo de sua política externa e preocupam-se com a manutenção da ordem internacional. Esse questionamento tem impulsionado a política externa norte-americana a formular novas formas de exercer sua hegemonia que possam ser compatíveis com a ordem mundial do pós-Guerra Fria.

---

<sup>48</sup> LAFER, Celso & FONSECA, Nelson Jr. “Questões para a Diplomacia no Contexto Internacional das Polaridades Indefinidas (Notas Analíticas e Algumas Sugestões)” *Temas de Política Externa Brasileira II* Volume I, Paz e Terra, São Paulo, 1997, pp. 49-77.

<sup>49</sup> PECEQUILO, Cristina Soreanu. Op. Cit. p.: 239.



A Ásia-Pacífico, depois da Europa, tornou-se o segundo foco de atuação da política externa dos EUA, e passou a adquirir uma grande importância estratégica nas ações internacionais norte-americanas sobre essa região <sup>50</sup>.

A avaliação do papel dos EUA na região asiática foi explícita com o posicionamento do Departamento de Defesa sobre a Segurança na Região da Ásia-Pacífico, que mais adiante ficou conhecido como o *Relatório Nye*.

Esse documento apresenta que a política externa norte-americana deverá estar articulada sob três linhas principais de ação: i) reforçar as alianças já existentes com os países do Leste Asiático, mas adequando-as às condições do pós-Guerra Fria; ii) manter presença militar na região conforme as ameaças imediatas, representadas pela Coreia do Norte, e as eventuais, como forma de garantir o livre-comércio ou responder prontamente a atentados que afetem aos interesses americanos na Ásia; e iii) desenvolver instituições regionais com o propósito de complementar as já existentes alianças bilaterais mantidas pelos EUA na área <sup>51</sup>.

No caso da China, os EUA, ao normalizarem suas relações com Beijing, lançam mão de uma política de engajamento na qual busca, de um lado, conduzir a inserção internacional chinesa e fornecer recursos para a promoção de reformas no país e, de outro, contemplar o papel da China na segurança regional, visto que se seus problemas não forem levados em consideração, tornar-se-iam em ameaça <sup>52</sup>.

---

<sup>50</sup> HUNTINGTON, Samuel, P. A “Mudança nos Interesses Estratégicos Americanos” *Survival*, lançada na língua portuguesa na *Política Externa* – Vol. 1. nº 1 – Junho 1992, p.: 18.

<sup>51</sup> OLIVEIRA, Amaury Porto. “O Leste Asiático em Tempos de Monopolaridade”. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 39 (2): Julho/Dezembro de 1996.

<sup>52</sup> OKSENBERG, Michel & ECONOMY, Elizabeth, *China Joins the World*, New York, 1999 p. 22.

Nesse sentido, os EUA, com o processo de normalização das relações sino-americanas (1972) e a implementação da política de engajamento com a China na década de noventa, exercem um importante peso na intensificação da participação chinesa no cenário internacional.

Cabe a observação de que engajar a China é um tema recorrente na política externa norte-americana visto que Washington procura, na sua relação com Beijing, estabelecer linhas de atuação que possam compatibilizar seus interesses nacionais com um novo cenário global que se configura. A China desponta como uma potência que apresenta uma crescente capacidade de influência nas relações internacionais.

Na Ásia-Pacífico do pós-Guerra Fria, com o desaparecimento da URSS e com a manutenção do Japão sob o controle estratégico norte-americano, é a China que vem emergindo como um poder regional que pode desafiar a preponderância dos EUA na região

53

Dessa forma, a política externa norte-americana objetivará integrar a China gradativa e construtivamente haja vista a importância que ela vem adquirindo na ordem regional e internacional.

Além disso, uma China engajada no concerto internacional exigiria, de alguma maneira, a implantação de uma maior abertura política e reformas econômicas no país, o que atenderia aos anseios norte-americanos que, desde a normalização de suas relações com Beijing, têm reivindicado por mais mudanças estruturais no âmbito doméstico chinês.

---

<sup>53</sup> SHAMBAUGH, David, “China Engages Asia – Reshaping the Regional Order”, *International Security*, Vol. 29, nº 3, Winter 2004/05, p.: 66.

Como a Ásia-Pacífico é uma região estratégica na política externa norte-americana, os EUA tendem a pressionar os dirigentes chineses para acelerar o engajamento da China através de mudanças de natureza política (direitos humanos, democracia), econômica (reforma cambial, dumping), militar (transferência nuclear aos “*rogue states*”, tal como o Irã) e diplomática (negociações para resolver o conflito na península coreana).

Contudo, a China tem contestado com a forma pela qual se implementa a ação externa norte-americana, alegando que Washington tem interferido, direta ou indiretamente, nas questões domésticas de Beijing.

Apesar dessas contestações, as relações contemporâneas entre China e EUA são pautadas sobre objetivos permanentes: para Washington, o seu maior interesse estratégico é garantir seu lugar no mundo e preservar a sua segurança, ao passo que, para Beijing é buscar recursos externos para dar continuidade ao seu processo de modernização que foi iniciado no final da década de setenta <sup>54</sup>.

O estilo de liderança norte-americana tem, por ora, confrontado com os interesses chineses visto que as diretrizes de ação externa dos EUA são pautadas para zelar o seu papel na manutenção da estabilidade mundial, e promover a expansão dos seus valores de democracia e de livre-mercado nas relações internacionais.

Esse modelo de condução da política externa norte-americana sustenta elementos unilaterais e índices de agressividade que podem ser conflitivos com a atuação externa da China no plano internacional <sup>55</sup>.

---

<sup>54</sup> MAY, Gregory & LAMPTON, David M. *Managing US-China Relations In The Twenty-First Century*, The Nixon Center, 1999, p.: 2.

<sup>55</sup> CU, Sulong & LIEN, Qing. *O Mundo, Os EUA e a China – Uma Análise das Teorias das Relações*

Esse confronto foi atuante nos primeiros anos da política de engajamento e, conforme o estágio em que se encontram as relações sino-americanas ou o tema de suas agendas externas, tenderá a perdurar ou não. Se os EUA mantiverem uma política externa que reflete as prerrogativas de seu poder, e dissemina unilateralmente seus princípios e interesses no sistema mundial, esse comportamento seria contestado pela China na medida em que Beijing ressalta a importância de mecanismos multilaterais na preservação do bem-estar global <sup>56</sup>.

Na promoção de sua política externa, os EUA projetam seus interesses hegemônicos na ordem internacional para proteger e maximizar sua segurança e a integridade de seu território nacional. Por hegemonia, entende-se a supremacia de uma conduta sobre a outra, e os esforços emanados do pólo hegemônico para manter ou impor um conjunto de valores <sup>57</sup>.

Os EUA, considerados o guardião dos meios que garantem a segurança coletiva, combinam os seus interesses nacionais com a promoção de seus valores liberais e democráticos e, dessa forma, visam garantir a sua preponderância nas relações internacionais. No tratamento com a China, os EUA têm estimulado a sobreposição de tais interesses e valores, e essa tendência tem suscitado resistências por parte dela <sup>58</sup>.

Nesse raciocínio, é preciso avaliar o grau de compatibilidade entre a inserção internacional da China e a promoção da liderança hegemônica dos EUA nas políticas

---

*Internacionais e Estratégias Internacionais*, Beijing, 2003, p: 199.

<sup>56</sup> MAY, Gregory & LAMPTON, David M. op. cit. p.: 3.

<sup>57</sup> HU, Angang & MAN, Honghua. *Decoding US Grand Strategy*, Zhejiang Renming Press, 2002, p. 9.

<sup>58</sup> ROSS, Robert S. "China: Why Our Hard-Liners are Wrong?" IN WITTKOPF, Eugene R. & JONES, Christopher M, *The Future of American Foreign Policy*, Peking University Press, Beijing, 2003, p.: 214.

externas dos dois países. Deve-se questionar também a dinâmica da política de engajamento: será preciso primeiramente engajar a China tal como ela é ou contê-la para fazer as devidas mudanças e, em seguida, engajá-la? Essas questões deverão levar em conta os estágios de interação entre China-EUA que podem resultar em metas cooperativas ou comportamentos conflitivos.

Com relação à projeção da supremacia norte-americana no sistema internacional, há duas correntes na cúpula político-militar de Washington, os unilateralistas e os multilateralistas, que formulam e analisam a atuação externa do país no mundo <sup>59</sup>.

Conforme a análise de Amaury Porto de Oliveira, “os unilateralistas propõem que os EUA usem o poderio incontestável que souberam acumular para promover seus interesses sem se preocuparem com regras internacionais, constrangimentos institucionais ou a opinião de aliados” <sup>60</sup>.

Por sua vez, os multilateralistas “preocupam-se com a legitimação dos propósitos americanos, concordando com a utilização de molduras existentes para a cooperação internacional na busca do bem-estar coletivo, e a diluição dos encargos da liderança global dos EUA” <sup>61</sup>.

Nos anos do pós-Guerra Fria tem-se acentuado a posição unilateralista dos EUA, o que vem preocupando os dirigentes chineses já que, desde a implementação das Quatro Modernizações de Deng Xiaoping em 1978, deparam-se com o desafio de encontrar um

---

<sup>59</sup> DE OLIVEIRA, Amaury Porto. “China-EUA: Concorrentes Estratégicos”, *Política Externa*, Vol. 10, n. ° 4 MAR/ABR/MAI, 2002, p: 84.

<sup>60</sup> Idem, *Ibidem*, p: 84.

<sup>61</sup> Idem, *Ibidem*, p: 84.

equilíbrio entre a supremacia norte-americana e a necessidade de cultivar um ambiente coerente para o processo de desenvolvimento na China.

Nessas circunstâncias, o peso das relações com os EUA no processo de inserção internacional da China é considerável e determinante, e a política de engajamento conduzirá o caminho de ajuste e avaliação da linha de ações externas dos dois países em que cada lado buscará perseguir e defender os seus interesses nacionais.

A trajetória das relações entre os dois países é marcada por avanços e retrocessos visto que tanto a China como os EUA têm trabalhado para estreitar suas diferenças, mas ainda permanecem divergências quanto às prioridades de cada um deles.

Desde o aceleração do processo de modernização chinesa, as tensões entre os EUA e China têm sido constantes em decorrência da crescente capacidade de influência internacional que os chineses vêm adquirindo com o vigor de seu desenvolvimento.

Dessa forma, o atual desafio norte-americano no que se refere à política externa com a China é desenvolver uma linha de engajamento na qual buscará compatibilizar seus interesses nacionais com as necessidades chinesas e as mudanças estruturais que estão ocorrendo no território chinês <sup>62</sup>.

---

<sup>62</sup> HU, Angang & MAN, Honghua, op. cit., p. 06

## 5) A Política de Engajamento com a China

Na década de noventa, os EUA estabelecem a política de engajamento com a China a fim de intensificarem o processo de inserção chinesa na ordem internacional, implementando compromissos bilaterais e aprofundando as relações entre os dois países.

Madeleine Albright, quando ainda era a secretária de Estado do então presidente Bill Clinton, afirmou que os interesses norte-americanos sobre a China são multifacetados, e cabe à política externa dos EUA buscar avanços concretos na política de engajamento com os chineses. Portanto, conforme as palavras de Albright, engajar com a China é reconhecer a importância que ela representa para os interesses dos EUA <sup>63</sup>.

A política de engajamento será abordada sob os seus diferentes estágios, destacando os momentos que ressaltaram as iniciativas de maior aproximação ou contenção entre China e EUA e que, por sua vez, atuaram no processo de inserção internacional chinesa. A política de engajamento apresenta interpretações distintas cujos significados mais relevantes merecem ser destacados.

A percepção realista concebe a política de engajamento como um mecanismo de prevenção de conflitos, e uma estratégia para preservar os interesses norte-americanos com a China. Dessa forma, a política de engajamento pauta as relações sino-americanas sobre uma ordem hierárquica, na qual é colocado em primeiro plano o tratamento das questões de

---

<sup>63</sup> ECONOMY, Elizabeth & OKSENBERG, Michel op. cit. p.: 29.

segurança regional da Ásia-Pacífico onde ainda perduram animosidades históricas entre os atores regionais <sup>64</sup>.

A agenda da segurança apresenta questões complexas e mutáveis para serem tratadas na política de engajamento. Nesse contexto, as diretrizes de ação dos EUA confrontam com a China na medida em que ambos os países definem meios distintos para preservar a segurança na Ásia-Pacífico <sup>65</sup>. Enquanto que os norte-americanos zelam a estabilidade através da sua posição unipolar, a China tem priorizado a importância de utilizar instrumentos multilaterais no tratamento de conflitos regionais.

Além disso, no campo estratégico militar, a China é considerada uma incógnita e tem ocupado uma presença considerável nos Assuntos de Segurança dos EUA visto que ela vem investindo maciçamente na sua capacidade militar, e esse crescimento tem preocupado os dirigentes norte-americanos. Na sua política externa, a China tem como base a percepção de que precisa de recursos militares para o zelo de sua soberania.

A China, por sua vez, repudia o padrão de hegemonia dos EUA e vem mobilizando uma campanha internacional através de esforços para normalizar suas relações com seus vizinhos limítrofes na Ásia Pacífico (diplomacia *zhoubian*), e buscar uma aproximação política com o Terceiro Mundo e as médias potências (Brasil, Índia e Rússia) <sup>66</sup>.

---

<sup>64</sup> ALTEMANI, Henrique de Oliveira, *A Ásia-Pacífico e o Reordenamento das Relações Internacionais*, Série Carta Internacional, Abril - 1996, São Paulo, p: dois.

<sup>65</sup> OLIVEIRA, Amaury Porto. China-EUA: Concorrentes Estratégicos. Pol. Externa Vol. 10 – Mar/Abr/Mai – 2002, pp. 82-93.

<sup>66</sup> OLIVEIRA, Amaury Porto. Op. cit. p: 88.



Em contrapartida, a ótica liberal vislumbra as relações sino-americanas a partir dos benefícios oriundos de uma maior integração econômica entre os dois países, realçando a necessidade de avançar sobre a política de engajamento.

Nessa perspectiva, a China precisa de recursos e investimentos externos para dar continuidade às suas políticas desenvolvimentistas. Já os EUA enxergam com bons olhos a imensidão do mercado chinês e a exploração de setores estratégicos, tais como o campo de telecomunicações, bancários, distribuição e logística. Engajar com a China é dar um passo a favor para estabelecer e consolidar um elo entre a economia chinesa e a cadeia produtiva norte-americana <sup>67</sup>.

No plano empresarial, a política de engajamento é positiva para os interesses de transnacionais norte-americanas visto que, atraídos pelas possibilidades de expansão do mercado interno chinês e pelos estímulos à exportação, mantêm intensas relações comerciais com a China.

Para a China, aprofundar seu processo de inserção internacional representa insistir na sua estratégia de desenvolvimento e modernização, implementada em 1978, estimulando a atração de investimento direto estrangeiro, a absorção de tecnologia, a exportação e a geração de saldos positivos na balança comercial.

Desde os anos 90, os chineses vêm sustentando superávits elevados com os norte-americanos graças à estratégia de combinar taxas de acumulação elevadas, rápida incorporação do progresso tecnológico e desvalorização cambial <sup>68</sup>.

---

<sup>67</sup> HU, Angang, *The Grand Strategy of China*, Zhejiang Renming Press, Hangzhou, 2003, p.: 44.

<sup>68</sup> Idem, *Ibidem*, p: 45.

Essa discrepância tem preocupado os dirigentes norte-americanos na medida em que agrava o quadro deficitário registrado com um único país. Os norte-americanos têm alegado que tal desequilíbrio é decorrente da queda de exportações dos EUA com a China, da política de desvalorização cambial chinesa, da violação dos direitos de propriedade intelectual, da não implementação de compromissos assumidos na OMC, e entre outras razões que, em conjunto, tem sido a justificativa do déficit comercial com os chineses.

No plano econômico, os EUA ainda exercem o papel de motor da economia mundial, e a China depende das exportações para os norte-americanos para manter o seu dinamismo visto que os norte-americanos são o seu segundo maior parceiro comercial, contabilizando cerca de 21.5% das exportações chinesas.

Já no plano doméstico chinês, a China vem enfrentando mudanças estruturais em larga escala e a transição de dirigentes políticos do Partido Comunista. Um dos objetivos da política de engajamento, na perspectiva chinesa, é garantir, em longo prazo, a condução do processo de “evolução pacífica” no país <sup>69</sup>.

Diante da importância da inserção internacional do país, o Partido Comunista chinês desradicalizou sua posição ideológica e tem adotado discursos que ressaltam os benefícios do engajamento da China na continuidade das reformas econômicas no país.

---

<sup>69</sup> Idem, Ibidem, p: 29-30.

## 5.1) Engajamento e Contenção

Paralelamente à formulação da política de engajamento e ao processo de inserção internacional da China, os EUA encontravam-se diante de uma necessidade de rever os fundamentos das suas diretrizes externas já que com o encerramento da Guerra Fria a doutrina da contenção, elemento orientador da estratégia norte-americana, deixou de ter razão para permanecer <sup>70</sup>.

Nos anos 90, Clinton buscou associar a hegemonia norte-americana a um padrão liberal e democrático, sustentando a idéia de que os EUA constituem a nação indispensável para a ordem global. Nessa tarefa, Clinton definiu a nova grande estratégia norte-americana, a política do engajamento e da expansão, que buscou avaliar a natureza do sistema internacional e o papel a ser exercido pelos EUA dentro dele <sup>71</sup>.

Nessa fase da política externa norte-americana, a estratégia do engajamento e da expansão é composta por quatro prioridades: “(i) fortalecer as democracias de mercado, disseminando valores e princípios democráticos para todo o sistema internacional; (ii) incentivar a implementação e a consolidação de novas democracias e livres mercados em Estados importantes; (iii) impedir a agressão de Estados hostis à democracia e incentivar sua liberalização por meio de políticas específicas; e (iv) perseguir uma agenda humanitária

---

<sup>70</sup> PECEQUILO, Cristina Soreanu, op. cit. p.: 15.

<sup>71</sup> Idem, Ibidem, p: 308.

em regiões prejudicadas e, em seguida, criar condições para integrá-las à comunidade internacional”<sup>72</sup>.

Com relação à China, a política de engajamento foi estabelecida numa fase de crescentes tensões sino-americanas em função da postura de Washington em condicionar os temas da democracia e dos direitos humanos na renovação do status da Nação Mais Favorecida da China.

As relações entre os dois países nunca estiveram tão tensas desde o seu restabelecimento na década de 1970. No plano político, a aproximação entre os EUA e Taiwan deu a entender que os norte-americanos estavam abandonando a política de “uma só China”. No plano econômico, o crescente déficit comercial com a China aumentava as tendências protecionistas e a defesa de uma nova política de contenção nos EUA. A falta de sintonia evidenciou uma relação frágil na qual há um descompasso entre atender as necessidades domésticas chinesas e inserir a China na arena internacional.

No início da década de 90, os ânimos das relações sino-americanas acirraram-se em virtude de algumas dissonâncias nas atuações externas de ambos os países, dentre elas, as divergências no tratamento do tema direitos humanos, a exportação de tecnologia nuclear e de mísseis aos chamados *rogue states*, o boicote norte-americano da escolha de Beijing para sediar as Olimpíadas de 2000, a concessão de visto ao presidente de Taiwan para visitar os EUA, as sanções econômicas impostas a Beijing como punição pelos acontecimentos de *Tiananmen* em 1989<sup>73</sup>.

---

<sup>72</sup> Idem, *ibidem*, p: 309.

<sup>73</sup> OLIVEIRA, Amaury Porto. “China-EUA – Concorrentes Estratégicos”, *Política Externa* – Vol. 10 – nº 4 – MAR/ABR/MAI, 2002, p: 86.

Atentos à grande importância que a China vem adquirindo nas relações internacionais, os EUA entendiam que a política de engajamento constituiria num segundo momento de normalização das relações sino-americanas. Os benefícios auferidos numa aproximação seriam contrapostos aos malefícios que a postura de confronto traria aos interesses norte-americanos na medida em que a política de engajamento promoveria seus valores democráticos e de livre-mercado no processo de inserção internacional da China.

Evidenciou-se a necessidade de avançar sobre a normalização das relações entre os dois países, combinando a estratégia de estabelecer uma aproximação com as exigências de mudanças na China, ou seja, “mudar para engajar”, pressionando por mudanças estruturais no modelo político-econômico chinês para avançar sobre a integração internacional da China.

Na expectativa chinesa, a política de engajamento deverá constituir numa estratégia de desenvolvimento que visa à estabilidade doméstica da China. Partindo da percepção de que prosperidade e ordem são dois fatores interdependentes e importantes para a inserção internacional chinesa, os chineses entendiam que a política de engajamento vislumbraria os benefícios do dinamismo econômico chinês, proporcionando recursos e um ambiente propício para o desenvolvimento da China.

No plano ideológico, apesar de que haja o Partido Comunista chinês vem rompendo gradativamente suas fronteiras ideológicas, ainda prevalecem divergências no campo dos valores entre os dois países. A falta de um entendimento comum quanto à forma de conceber temas internacionais, tais como terrorismo, direitos humanos, democracia, cria uma espécie de desconfiança mútua com relação à forma pela qual cada lado rege seu modelo de organização social e política.

Mesmo diante dessas diferenças ideológicas, Beijing tem adotado uma postura pragmática na sua política externa, enfatizando a necessidade de atrelar a inserção internacional do país com a obtenção de recursos para as suas reformas econômicas. O descompasso de valores entre China e EUA tem sua origem no modelo de organização política e perdura atualmente em função do desempenho da economia de mercado com características chinesas no cenário internacional.

Nesse sentido, os norte-americanos sentem-se de alguma maneira ameaçados com o vigor do modelo de desenvolvimento chinês visto que sobressai uma alternativa de atuação externa que não é convergente com a sua estrutura liberal e democrática. A China vem despontando como um ator de crescente capacidade de influência, e um dos indicadores da possibilidade do crescimento de peso internacional é o seu desenvolvimento econômico. Frente a esse quadro, Washington deverá avaliar quais serão as implicações decorrentes do processo de modernização chinês sobre os seus interesses nacionais.

Nessas circunstâncias, a política de engajamento pode ser interpretada como uma estratégia de contenção na medida em que os EUA condicionarão o processo de inserção internacional da China com a necessidade de implementar mudanças estruturais no modelo político-econômico chinês.

O crescimento do peso internacional da China tem incomodado os EUA visto que uma China forte e ideologicamente diferente representa uma percepção de ameaça aos EUA e, diante disso, Washington adota posturas de contenção e pressiona por mudanças no cenário doméstico chinês.

A política de engajamento enquanto estratégia de contenção ficou mais explícita quando a embaixada chinesa em Belgrado foi explodida e houve a colisão de um avião espião norte-americano na costa marítima chinesa no final dos anos noventa.

## **5.2) Parceria Estratégica e Concorrência Estratégica**

Ao dar seqüência à política de engajamento, o presidente norte-americano Bill Clinton (1993 a 1999), na sua segunda administração, aprofunda as relações sino-americanas, desenvolvendo esforços para construir uma parceria estratégica com a China.

Desde a visita de Jiang Zemin aos EUA em outubro de 1997 e a de Bill Clinton à China em julho de 1998, o termo “parceria estratégica” foi cunhado para definir as relações sino-americanas. Nesse momento, enfatizou-se a importância de construir um entendimento mútuo, estreitar diálogos e estabelecer consultas entre os dois países.

O encontro dos presidentes Jiang Zemin e Bill Clinton expressou à comunidade internacional que os EUA e a China são aliados, e não adversários. Nesse tom cordial, Clinton ressaltou a importância de estreitar laços com a China, considerando-a como uma parceira estratégica.

Frente a esse quadro, ressaltam-se os dividendos de uma crescente interdependência nas relações sino-americanas e uma maior inserção internacional da China através do aprofundamento da política de engajamento. Clinton e Jiang acordaram pontos de entendimento em comum e manifestaram discórdia na política externa de seus respectivos países.

Em linhas gerais, os dois países compartilham a idéia de criar arcabouços institucionais no campo econômico e de segurança na Ásia-Pacífico já que é necessário manter uma política de equilíbrio de poder. É consensual entre ambos de que a multiplicidade de atores na região produz uma capacidade de poder diversificada que pode ser irregular e mutável.

No entanto, tanto a China quanto os EUA divergem nas propostas mais concretas que possam levar a atuações mais ativas desses arcabouços no contexto regional. Com a permanência de animosidades históricas na região, a diversidade de atores e a disparidade nos níveis de desenvolvimento entre os países da Ásia-Pacífico, a possível retirada das forças norte-americanas ou a sua manutenção, e a substituição pela presença chinesa individual compõem cenários inócuos se não houver uma estrutura que contemple no plano multilateral o problema da segurança <sup>74</sup>.

Tendo em vista tal complexidade, os EUA mantêm a sua presença na Ásia, cultivando relações com o Japão, Coreia do Sul, Taiwan, países da ASEAN, Austrália e Nova Zelândia. Além disso, é do interesse dos EUA manter arranjos de segurança com base numa série de acordos bilaterais, estabelecidos durante a guerra fria, conferindo-lhe uma certa liderança na região.

Nesse aspecto, um dos arranjos de segurança acordada entre EUA e os atores é a declaração Clinton-Hashimoto que foi estabelecida em 1996. Essa aliança traduz as dificuldades que são envolvidas para manter a estabilidade do pós-guerra Fria no Extremo Oriente. Na interpretação chinesa, o acordo entre Tóquio de Washington é um obstáculo às ambições chinesas, pois uma política triangular Japão-EUA-China é uma estratégia de

---

<sup>74</sup> ALTEMANI, Henrique de Oliveira, “A Ásia-Pacífico e o Reordenamento das Relações Internacionais”, *Série Carta Internacional*, Abril – 1996, São Paulo, p: 2 -3.



contenção aos atores regionais: os chineses não podem jogar o Japão contra os EUA tampouco tentar expulsar os norte-americanos da Ásia-Pacífico <sup>75</sup>.

Alicerçados nesse papel de equilíbrio de poder na região, os EUA e o Japão têm condições de cativar a China à medida que o seu poder aumenta. Nesse contexto, desenvolvem-se práticas de aproximação com o intuito de oferecer aos chineses incentivos e oportunidades para que assumam um papel responsável na construção da ordem internacional.

Como ela se comportará em relação a isso é uma questão em aberto, mas, enquanto os EUA continuarem presentes na região, mantiverem as relações com o Japão, não apoiarem a independência de Taiwan e exercerem o poder com sensatez, será difícil que a China ou qualquer outro país questione o papel de estabilizador de Washington na Ásia-Pacífico <sup>76</sup>.

Se a política de engajamento entre os EUA e a China romper ou desencadear tensões no Extremo Oriente, é mais provável que tal ruptura seja decorrente de iniciativas militares que envolvem a questão de Taiwan.

Diante dessas vulnerabilidades, o campo da segurança compõe uma problemática constante e, em função dessa precariedade, tanto a China como os EUA deverão direcionar suas ações externas a construção de um concerto entre os atores regionais a fim de

---

<sup>75</sup> UEHARA, Alexandre Ratsuo. “Perspectivas para o Papel Internacional do Japão”, *Política Externa*, Vol. 12 nº 4 MAR/ABR/MAI/ 2004, p: 24.

<sup>76</sup> HEER, Paul. “A House United – Beijing’s View of Washington”, *Foreign Affairs*, July/August 2000, p.:22-23

institucionalizar a segurança na Ásia-Pacífico, conhecida como um mosaico de contenciosos originários da Guerra Fria e sem perspectiva de soluções<sup>77</sup>.

Na prática, Beijing tem desenvolvido seu “Novo Conceito de Segurança” que se traduz nos esforços diplomáticos da China para diluir a influência internacional dos EUA e reforçar no mesmo ritmo a sua atuação externa através do seu vigor econômico e político no sistema internacional<sup>78</sup>.

No plano econômico, as negociações para o processo de entrada da admissão da China à Organização Mundial do Comércio (OMC) constituíram, na política de engajamento, um processo de formatação de novas regras e ajustes que visa institucionalizar a presença da China no cenário internacional no campo do comércio, investimentos e fluxos financeiros.

Cabe, no entanto, a observação de que ao longo das negociações, as disputas sobre a Propriedade Intelectual, o condicionamento da renovação da cláusula da Nação Mais Favorecida com o tema dos direitos humanos e a transferência de tecnologia nuclear chinesa aos *rogue-states*, em conjunto, compôs um quadro de tensões que prejudicou o aceleração no processo de acesso da China a OMC.

Em dezembro de 2001, o Congresso norte-americano concede o status de “Relações Comerciais Normais permanentes” (Permanent Normal Trade Relations) à China que terminou com as discussões referentes à renovação anual da Cláusula da Nação Mais Favorecida e aproximou a entrada dos chineses na OMC.

---

<sup>77</sup> ALTEMANI, Henrique de Oliveira op. cit. p: 17.

<sup>78</sup> OLIVEIRA, Amaury Porto. “Dissonâncias e Convergências Sino-Japonesas”, *Política Externa*, Vol. 12 nº 4 MAR/ABR/MAI/ 2004, p: 18.

Por fim, no mesmo ano, após quinze anos de negociação, a OMC finalizou os últimos termos da entrada da China e aceitou o Protocolo de Acesso, fazendo torná-la membro da instituição.

Em 2001, com a vitória republicana de George W. Bush há um retrocesso nas aproximações das relações sino-americanas, visto que é adotado um modelo de confronto com a China. Durante a sua campanha eleitoral, Bush já lançava críticas ao governo Clinton com relação à política externa com os chineses.

Ao classificar a China de “concorrente estratégica” e de compô-la como uma ameaça em potencial, Bush retrocede na política de engajamento com a China e provoca grandes melindres nas relações sino-americanas.

A principal linha de atuação da política externa dos EUA, nesse estágio, é conservadora e tende a aprofundar o exercício de sua hegemonia por meio do seu poder estratégico-militar, e a abandonar o discurso mais cooperativo e multilateral e a construção de uma parceria estratégica com a China, tão apregoado na gestão de Clinton.

O núcleo de seu interesse nacional, a manutenção da estabilidade internacional, foi pautado sobre a preservação e expansão há hegemonia dos EUA. No que se refere às relações com a China, o exercício de tal hegemonia ficou evidente no incidente em que um avião norte-americano chocou-se com um caça chinês na ilha de Hainan, em 2001. Washington alegara que o avião norte-americano PC-3 estava realizando vôos de reconhecimento em espaço aéreo internacional, que segundo as palavras do presidente Bush,

constituiu numa “estratégia ampla de segurança nacional que ajuda manter a estabilidade e a paz no mundo”<sup>79</sup>.

Além da deflagração de uma longa crise diplomática pela qual a China exigia um pedido formal de desculpas, esse episódio iniciou novamente um processo de deterioração do relacionamento bilateral entre Washington e Beijing.

Durante quase quinze dias, a comunidade internacional assistiu à troca de acusações mútuas e, finalmente, os EUA disseram que “sentiam muito” pelo ocorrido. A questão contaminou outras dimensões das relações sino-americanas, visto que membros do Congresso e do Executivo norte-americano aventaram a possibilidade de rever os acordos comerciais bilaterais, criticando novamente a China por sua posição no campo dos direitos humanos, principalmente em relação à liberdade religiosa e política, e reavaliando o apoio à candidatura de Beijing para os Jogos Olímpicos de 2008<sup>80</sup>.

Somado ao episódio da colisão, os planos norte-americanos de criar um novo sistema de defesa antimíssil e a aprovação da venda de um pacote de armamentos à ilha de Taiwan estremeceram mais ainda as relações sino-americanas. Vale lembrar que, no tratamento da questão de Taiwan, as relações informais e a venda de armas nucleares entre os EUA e a ilha aumentaram consideravelmente durante os primeiros anos da administração Bush.

O governo chinês interpretou que o bombardeio da embaixada chinesa em Belgrado (maio de 1999), a colisão do EP-3 (abril de 2001), as visitas quase simultâneas do presidente de Taiwan, *Chen Shui-bian*, e do Dalai Lama aos EUA, em conjunto,

---

<sup>79</sup> [http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2001/010401\\_aviao.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2001/010401_aviao.shtml)

<sup>80</sup> PECEQUILO, Cristina Soreanu, op. cit., p: 361.

representavam atos de provocação para a China, e sinaliza um agravamento das relações bilaterais.

Além disso, as visitas de Chen e do Dalai Lama (que foi recebido pessoalmente pelo presidente Bush) foram percebidas como uma ingerência nos assuntos domésticos chineses, e uma iniciativa destinada a fomentar a independência de Taiwan e a fragmentação do território continental da China.

No governo Bush, a política de engajamento não foi debilitada apenas por tais episódios como também pela adoção de inúmeras práticas que desagradaram aos chineses, tais como o apoio à autonomia de Tibete, a forte proclamação norte-americana de defender militarmente Taiwan caso a China use a força para equacionar o problema da ilha. Ademais, os dirigentes políticos de Washington criticaram e acusaram o regime chinês de violação da liberdade religiosa e dos direitos humanos.

Nesse momento, a administração de Bush realçou as desavenças políticas e ideológicas com a China, e adotou uma postura de “linha-dura” com o país, tratando-a como uma concorrente estratégica.

Vale lembrar também que a administração de Bush na política externa com a China apresenta duas tendências divergentes: de um lado, estão o então secretário de Estado Colin Powell e a conselheira para a Segurança Nacional, Condolezza Rice, que entendem o endurecimento no diálogo constitui um fator prejudicial nas boas relações existentes com os chineses.

De outro, estão o vice-presidente Richard Cheney e o secretário de Defesa, Donald Rumsfeld, que formam a ala conservadora da administração de Bush, insistem em

proclamar discursos desafiadores e articular estratégias de contenção no tratamento com a China.

Apesar dos confrontos, nesse estágio, a política de engajamento é marcada por uma postura ambivalente norte-americana. Desde que assumiu o comando presidencial dos EUA, Bush considera os chineses como competidores estratégicos, porém tendem a diminuir as divergências com Beijing dada à importância do intercâmbio comercial de seu país com a China, e do papel chinês na manutenção da estabilidade regional.

Os EUA retomaram seu compromisso em avançar sobre a política de engajamento com os chineses não só pela importância que a China representa, mas também pelo fato de que a Ásia-Pacífico é considerada uma das principais agendas externas do governo Bush em que inclui o redimensionamento bilateral das relações comerciais e militares com os países da região.

Apesar da postura linha-dura, é sob a administração de Bush em que a política de engajamento concretiza estágios de progressos, principalmente, na agenda da segurança, que após o 11 de Setembro de 2001, tornou-se numa peça central das relações sino-americanas <sup>81</sup>.

No final de sua gestão presidencial, o presidente chinês Jiang Zemin pronunciou um discurso na Biblioteca Presidencial George Bush da Universidade *A&M*, no Texas. Nas suas palavras, Jiang evidencia uma postura de aproximação nas questões que envolvem o campo da segurança, prometendo cooperar estreitamente com os EUA a fim de manter a

---

<sup>81</sup> N.A: Os atentados terroristas de 11 de Setembro de 2001 causaram um grande impacto nas relações internacionais e no tratamento da segurança norte-americana. Nesse episódio, foram atacados símbolos de poder dos EUA, tais como as torres gemas do World Trade Center, e o Pentágono, a sede do Ministério da Defesa e Comando das Forças Armadas.

paz na península coreana, no Sudeste Asiático e no Oriente Médio, e prevenir a proliferação de arma de destruição em massa.

No plano econômico, foram estabelecidos importantes laços de cooperação e acordos comerciais entre os dois países. Um exemplo concreto dessa parceria é o estabelecimento da joint-venture entre as empresas petroquímicas e de refino SINOPEC (a maior empresa petroquímica chinesa) e a Exxon Mobil nas províncias costeiras de Fujian e Guangdong da China.

Um segundo exemplo do avanço das relações comerciais entre os dois países é a assinatura de um acordo comercial entre a Motorola, Lucent Technologies e a Nortel Networks com a China Unicom (a segunda maior operadora de telefonia móvel do país) a fim de expandir e avançar sobre as redes de operações no setor de telecomunicações.

Nessa direção, a Anheuser-Busch, a maior cervejaria norte-americana do mundo, também avança nas relações comerciais entre os dois países, lançando mão de um planejamento de incrementar a produção de cervejas na China juntamente com a sua congênera chinesa a Tsingtao Beer, a maior cervejaria da China, através de uma parceria tecnológica e comercial.

Após os atentados terroristas do 11 de Setembro, a política de engajamento foi retomada com mais ênfase dada à importância da China no campo de combate ao terrorismo e à proliferação nuclear.

Com relação à tarefa de avançar a política de engajamento com a China, cabe a observação de Aaron Friedlberg, um dos conselheiros do vice-presidente norte-americano Richard Cheney, que afirma o seguinte: “*American and Chinese interests and policies may*

*converge to some degree, in certain situations and on some specific issues, but they will not do so completely or for very long”*<sup>82</sup>.

As prioridades da política externa norte-americana foram readaptadas: em primeiro plano, a China, na condição de ameaça, foi substituída pelo combate ao terrorismo. Nesse contexto, a política externa dos EUA e da China preocupou-se em estabelecer diálogos estratégicos e intercâmbio político na discussão de temas mais complexos e no tratamento de interesses nacionais de ambos os países.

Nessa fase de aproximação, o presidente George W. Bush estabelece a política externa dos Três Cs - Cãndida, Construtiva e Cooperativa - no tratamento com a China, realizando inúmeros encontros entre a alta cúpula dos dois países a fim de reforçar a perspectiva de cooperação e de parcerias.

Nas palavras de Fu Mengzi, diretor do Instituto Chinês de Relações Internacionais Contemporâneas explica a aproximação entre os dois países. De acordo com Fu, *“First, the foundation of China-US relations has changed from single to multi-level, stabilizing relations. Second the relationship has developed beyond the Cold War structure. Third, China-US relations have gone beyond bilateral issues to address issues of international significance, such as cooperation on the North Korean crisis.”*<sup>83</sup>

Na administração de Bush, as prioridades da política externa dos EUA estiveram e estão voltadas para lidar com a questão da segurança (combate ao terrorismo, os *rogue states* e a proliferação de armas nucleares, Coréia do Norte), através de um estreitamento nas relações com os seus principais parceiros.

---

<sup>82</sup> FRIEDBERG, Aaron L. “11 September and the Future of Sino-US Relations”, *Survival*, Spring 2002.

<sup>83</sup> PENG, Yuan. *US-China Relations: Two Possibilities, One Option*, Zhejiang Renming Press, Beijing, 2003, p.: 52.



A emergência da crise nuclear na península coreana demonstrou uma posição convergente entre China e EUA o que mostra a importância estratégica dos chineses no tratamento dessa questão. A importância de uma China positivamente engajada é fundamental para a segurança e estabilidade da Ásia Pacífico o que vai de encontro com os objetivos estratégicos dos EUA.

No entanto, existe uma ala conservadora entre os dirigentes políticos dos EUA que são chamados de *neocons* ou falcões (*hawks*). Os *neocons* divergem com a importância de aprofundar a política de engajamento com a China e adotam uma postura mais radical com relação a Beijing, acusando o regime chinês de violação da liberdade religiosa e dos direitos humanos assim como manter vôos de espionagem na Ásia <sup>84</sup>.

Além disso, os falcões têm acusado a China de contribuir na proliferação nuclear já que ela vem implementando regimes de fornecimento nuclear para os países que fazem parte do “Eixo do Mal”, tais como o Irã e a Coreia do Norte.

Nos campos econômico e militar, os *neocons* têm levantado inúmeras preocupações e críticas com relação à China visto que a modernização militar chinesa e o crescente déficit comercial compõem um quadro de divergências entre os dois países.

Vale lembrar que o Ministro de Defesa chinês, Cao Gangchuan, realizou uma visita a Washington que, no entanto, não foi retribuída pelo Secretário de Defesa Donald Rumsfeld, um dos mais proeminentes “neocons” do governo Bush. Após a passagem de

---

<sup>84</sup> LOBE, Jim. “China Hawk Settles in Neocons’ Nest”, *Foreign Policy Focus*, May 12, 2003.

*Cao* nos EUA, Rumsfeld realizou uma viagem ao Japão e à Coréia do Sul, mas não foi à China <sup>85</sup>.

Independentemente se a política de engajamento é vislumbrada na perspectiva da parceria ou da contenção, as relações sino-americanas estarão pautadas sobre os esforços de combater o terrorismo e apaziguar as tensões que envolvem a Península coreana, fortalecer estruturas regionais na área da segurança e estimular pontos de entendimento em comum entre os dois países.

### **5.3) Os Desafios da China na Política de Engajamento**

O que tem se notado, nesse estágio das relações China-EUA, é a necessidade de aprofundar a política de engajamento, visando compatibilizar os interesses de cada lado. Enquanto os EUA buscarão priorizar a preservação da sua preponderância no sistema internacional, a China objetivará obter recursos externos para assegurar o seu avanço econômico e tecnológico.

Nesse quadro, é importante refletir sobre alguns desafios chineses em paralelo à política de engajamento haja vista a criação de expectativas excessivamente otimistas sobre o desempenho político e econômico da China no sistema internacional. Portanto, torna-se importante atrelar essa análise aos desafios que os chineses têm a enfrentar no aprofundamento da sua inserção internacional.

---

<sup>85</sup> N.A: No dia 18 de outubro de 2005, Donald Rumsfeld realizou a sua primeira visita à China, desde que assumiu o cargo em 2001. Durante três dias, Rumsfeld discutiu com o presidente chinês Hu Jintao e o Ministro de Defesa Cao Gangchuan as relações bilaterais entre os dois países, a questão de Taiwan e as crises nucleares norte-coreanas.

Em primeiro lugar, a classe dirigente política chinesa visa à sua manutenção no poder, e essa variável depende na obtenção de um bom desempenho na condução das políticas de modernização que está atrelada à intensificação do processo de inserção internacional da China. O resultado positivo dessa combinação permitirá ao Partido Comunista chinês permanecer na direção política do país e, para isso, recursos externos serão buscados para assegurar o avanço das reformas.

Em segundo lugar, a China está rompendo gradativamente as fronteiras ideológicas para articular uma postura mais pragmática e racional no seu processo de inserção internacional. Ela vem abandonando o seu comportamento reticente para apresentar um nacionalismo mais assertivo e responsável nos foros internacionais e, aos poucos, modificar a sua imagem negativa deixada no passado.

Essas mudanças são encorajadas na medida em que a China quer avançar sobre a sua “evolução pacífica”, através de um processo de transição política que vem sendo conduzida pelo Partido Comunista chinês. A quarta geração de líderes, no poder político do país, apresenta um caráter mais empreendedor e advoga os benefícios decorrentes de uma maior inserção internacional da China.

É pertinente, nesse contexto, mencionar o discurso do então presidente chinês Jiang Zemin que foi declarado na comemoração do octavagésimo aniversário do Partido Comunista chinês em 2001. Suas palavras traduzem a consciência de valorizar uma nova conduta política que é o que ele chama de “Três Representações”.

As “Três Representações” é uma combinação de doutrinas políticas que visa à promoção da “produtividade avançada”, da “cultura avançada” e dos interesses fundamentais da sociedade chinesa. A peculiaridade das “Três Representações” reside na

inclusão dos interesses da classe empresarial chinesa que cada vez mais tende a definir as decisões políticas da China.

Em terceiro lugar, para avançar sobre a política de engajamento, dever-se-á estabelecer um prazo no qual vislumbre os progressos decorrentes da reforma econômica e abertura política na China, e levar em consideração três necessidades vitais para dar continuidade à “evolução pacífica” no país - a necessidade de modernizar, a necessidade de realizar uma transição política, e a necessidade de institucionalizar as decisões políticas que ainda são pautadas sobre o personalismo de líderes carismáticos.

Em quarto lugar, o vigor econômico chinês tem desencadeado limitações estruturais no setor energético e ecológico. A China terá de se preocupar com a importância de gerenciar o seu meio ambiente e com a demanda energética para dar continuidade ao seu modelo econômico.

No plano internacional, o rápido crescimento e o processo de modernização no território chinês têm provocado impactos ambientais, e inflado os preços das *commodities* e insumos de produção no mercado mundial, acirrando a concorrência energética entre as potências regionais.

O atual ritmo de desenvolvimento da China tem provocado impactos severos nos padrões ambientais, de climatologia, nos lençóis freáticos, e no assoreamento de lagos e rios, e o diagnóstico que se faz é que cada vez mais o país precisará de recursos energéticos para o seu projeto de modernização, agravando vários aspectos do meio-ambiente chinês.

Além disso, a China sustenta a maior população mundial em apenas cerca de 7% do total de terra cultivável mundial, mas está perdendo essa terra a uma taxa anual de 0.5%

para a erosão, construção de prédios e rodovias e o processo de desertificação do seu território. O que se questiona, frente a esse quadro, é a sustentabilidade ecológica da estratégia desenvolvimentista da China.

Diante desse problema, a política de engajamento pode ser avançada na medida em que se estabelecem pontos de cooperação com a China, estimulando-a a desenvolver e utilizar recursos renováveis; a realizar projetos de pesquisas e unidades de conservação que preservem o meio-ambiente chinês; a equacionar o desenvolvimento chinês nos limites da economia nacional, e entre outras medidas que zelem pela segurança ambiental.

Em quinto lugar, a sociedade chinesa passa por um crescente demanda social visto que as mudanças sócio-econômicas intensificaram uma série de problemas, dentre eles, a disparidade de renda social e a discrepância no nível de desenvolvimento entre o interior e a faixa costeira do país <sup>86</sup>.

Ainda sob o ponto de vista social, alguns observadores receiam que uma China instável constitui uma ameaça maior do que a sua ascensão. Se o país não conseguir controlar o crescimento demográfico, os fluxos de migração interna, os efeitos ambientais sobre o clima global, o elevado contingente populacional agrícola, os gargalos estruturais, a crescente desigualdade social, e sua rede de previdência social, um outro conjunto de problemas poderá surgir <sup>87</sup>.

A China também enfrenta obstáculos de governabilidade. Como a China promoveu uma maior reforma econômica nas áreas leste e sul do seu território geográfico, a parte oeste e nordeste do país ainda se encontra defasada e pobre. Nas grandes cidades, tais como

---

<sup>86</sup> KAHN, Joseph. "China's Leader Urges Shift in Development to Rural Areas" *Economist*, 05/03/2004.

<sup>87</sup> NYE, Joseph. *O paradoxo do Poder Americano: Por que a Única Superpotência do Mundo Não Pode Prosseguir Isolada*, São Paulo, UNESP, 2002, p: 54.

Beijing, Shanghai, as agitações urbanas e manifestações sociais preocupam o governo chinês que procuram abafá-las e controlá-las para não afetar a ordem doméstica.

Portanto, manter a unidade territorial e política do país é um desafio. Caso os dirigentes chineses não conseguirem preservá-la, o país poderá se fragmentar em entidades políticas separadas. As reformas econômicas acirraram as divergências regionais que ameaçam dilacerar a estabilidade doméstica chinesa na medida em que polariza o crescimento desigual e a renda nas diversas regiões do país.

Em sexto lugar, a administração pública chinesa vem enfrentando sérios problemas de transição, tais como a reestruturação de empresas estatais que têm sido ineficientes e onerosas; o sistema financeiro chinês que pode ser a principal fonte de instabilidade no país num futuro próximo; a corrupção na gestão administrativa e política, e outros que acirram contexto de desafios domésticos da China.

Em sétimo lugar, as questões separatistas vindas dos uighurs de Xinjiang, de Tibete e de Taiwan desafiam o princípio da unidade nacional do país. No primeiro caso, desde a década de 90, os uighurs, uma etnia minoritária islâmica, vem reivindicando a independência da Região Autônoma de Xinjiang. Vale lembrar que esse território ocupa uma parte estratégica da China (em torno dos países da Ásia Central) e, portanto, o governo chinês vem reprimindo e reprimirá todas as atividades de cunho militar e separatista dos uighurs <sup>88</sup>.

O governo chinês faz uso do nacionalismo para compor uma ideologia em prol da integridade política e territorial do país. No entanto, essa iniciativa só tem sucesso quando

---

<sup>88</sup> YOM, Sean “Uighur Muslims in Xinjiang”, IN *Foreign Policy in Focus* acessado no site [www.fpiif.org](http://www.fpiif.org) em agosto de 2004.

se partilha uma identidade comum, e as diferenças étnicas existentes tais como Yunnan, Mongólia Interior, Guangxi, Tibet e Xinjiang expõem as fragilidades da China em manter o seu território íntegro. A preponderância da etnia han (cerca de 93% da população chinesa) busca controlar a unidade política: se houver um separatismo com Taiwan, desencadearia um efeito dominó em Xinjiang e Tibete.

Taiwan, em particular, é um contencioso de ordem doméstica da China que afeta as relações bilaterais com outros países, sobretudo com os EUA, já que a reunificação com a ilha é uma questão que envolve interesses complexos e barganhas estratégicas e é uma das cinco pilares da política externa chinesa.

Os EUA, apesar de reconhecerem o princípio de uma China, têm mantido relações informais com Taiwan e concedido pacotes nucleares para a defesa territorial da ilha. Essa ambivalência de Washington tem desagradado a Beijing visto que os norte-americanos estimulam, de maneira indireta, discursos e posturas pró-independência na ilha. Tendo em vista a complexidade dessa questão, as implicações de Taiwan na política externa chinesa serão discutidas com mais profundidade no próximo capítulo desse trabalho.

Essa breve exposição de desafios e obstáculos mostra que a China tem um longo e árduo caminho a percorrer para intensificar o seu processo de inserção internacional, e a política de engajamento com os EUA, apesar das dificuldades, deverá persistir para atender e continuar com o modelo de desenvolvimento chinês.

Nas relações internacionais, a China está sendo capaz de engendrar uma nova forma de inserção marcada pela garantia de sua autonomia, defesa de seus interesses e a necessidade de implementar reformas. No entanto, as estratégias adotadas para dar continuidade aos ajustes no plano doméstico ainda estão indefinidas.

Diante dessa incerteza, os EUA, ao vislumbrarem a importância da política de engajamento na inserção internacional da China, não poderão ter pressa na implementação de mudanças no território chinês, e sim cautela.

Ao promoverem a expansão de seus valores de democracia e de livre-mercado, os EUA fazem uso da sua ideologia como um recurso de preservar a sua liderança no reordenamento internacional, e esse comportamento tem suscitado confrontos com os dirigentes da política externa de Beijing.

A política de engajamento é emperrada, de alguma maneira, pelas peculiaridades do sistema político chinês visto que a China carrega em si uma ideologia que não é convergente com a dos EUA, e essa divergência tem sido a fonte dos conflitos entre os dois países.

Diante dessas diferenças ideológicas, a política externa chinesa adotou algumas posturas pragmáticas para orientar as suas relações internacionais, especialmente com os EUA. São elas: evitar confrontos; reduzir problemas; fortalecer o entendimento recíproco, e aprofundar os mecanismos de cooperação entre os países.

Já com relação à postura dos EUA no aprofundamento da política de engajamento, é de seu interesse definir novos paradigmas que possam abranger as prioridades e estratégias da sua política externa. Visto que os EUA visam garantir o seu lugar no mundo e preservar a sua segurança, deverão avançar sobre a política de engajamento com a China.

No entanto, para isso deverão levar em consideração a importância de zelar pela estabilidade chinesa, e pela necessidade de compatibilizar os interesses norte-americanos com os desafios chineses.



A interdependência entre os dois países exige um maior grau de entendimento mútuo e, nessa perspectiva, a China depende de interações qualitativas com os EUA a fim de manter a sua estabilidade quer seja econômica quer política. Portanto, os dois países deverão trabalhar no avanço da política de engajamento que vislumbre as diferenças que cada lado guarda entre si em prol de seus interesses nacionais.

## **6) A Questão de Taiwan nas Relações China-EUA**

Nos últimos anos da década de noventa, a política de engajamento com a China foi intensificada de forma que, com a visita de Jiang Zemin a Washington e a de Clinton a Beijing, criou-se o termo “parceria estratégica e cooperativa” para a definir a importância das relações entre os dois países.

O clima de convergência, contudo, não foi estendido no tratamento da questão de Taiwan e, para entender as limitações que subjazem a política de reunificação da ilha ao continente, é preciso primeiramente diagnosticar os elementos conflitivos que são coexistentes na relação triangular EUA-China-Taiwan.

É oportuno apontar que, desde a assinatura do Comunicado de Shanghai em 1972, a ilha é objeto de desentendimento sino-americano visto que a sua reunificação com a China continental é uma questão que envolve interesses complexos e barganhas estratégicas.

A importância de Taiwan foi reconhecida a partir da decisão do presidente Truman de proteger a ilha no primeiro ano da Guerra da Coréia (1950-1953), considerando-a como uma forte aliada estratégica dos EUA e base no Pacífico para os mísseis norte-americanos.

Com a perda de seu assento na ONU em 1972 e o restabelecimento das relações sino-americanas em 1979, os contatos diplomáticos de Taiwan com os EUA foram rompidos. No entanto, através da implementação do “Ato de Relações com Taiwan” pelo Congresso norte-americano em abril do mesmo ano, Washington manteve relações informais com Taipei e reafirmou o seu compromisso de proteger militarmente a ilha caso haja contra ela algum tipo de agressão externa.

A ilha de Formosa configura um problema político herdado da Guerra Fria e os empecilhos para a sua reunificação com o continente provêm da histórica rivalidade entre o Partido Comunista chinês e o Kuomintang que, desde a sua fuga a Taiwan até a vitória de Chen Shui-bian do Partido Democrático Progressista (DPP) nas eleições presidenciais em 2000, detinha o controle político da ilha.

O comando político do DPP em Taiwan introduz não só um novo partido nessa equação, como também uma nova plataforma de propostas no que se refere ao dilema unificação/independência que se diferencia da até então mantida pelo Kuomintang <sup>89</sup>.

Desde a sua fundação, em setembro de 1986, o DPP tem apresentado uma forte tendência favorável à independência de Taiwan, nega o princípio de uma só China, e contesta a posição de defesa da unificação e da denominação da República da China, apregoadas pelo Kuomintang <sup>90</sup>.

No plano da segurança, o problema de Taiwan aflora apreensão quanto às vulnerabilidades da Ásia-Pacífico já que um possível confronto entre as partes envolvidas seria maléfico não só para a ordem doméstica da ilha e da China, como também

---

<sup>89</sup> ALTEMANI, de Oliveira Henrique. “A Eleição de Chen Shui-bian e o Relacionamento China-Taiwan”, *Carta Internacional*, ano VIII, nº 86.

<sup>90</sup> N.A: Em 1911, o líder do Movimento Revolucionário Nacionalista, Sun Yat-sen, proclamou uma nova República. A partir desse momento, o país passou a ser chamado de República da China que hoje é representado por Taipei haja vista que Chiang Kai-shek, quando fugiu a Taiwan em 1949, manteve a mesma denominação para representar o seu governo. Em 1º de outubro do mesmo ano, Mao Zedong proclamou a República Popular da China que representou a vitória comunista no país. A partir desse momento, no cenário internacional, há a presença da República Popular da China e da República da China, essa recebeu o apoio e a assistência norte-americana nos anos da Guerra Fria.

evidenciaria a carência de mecanismos multilaterais que contemplem a ordem regional conforme a correlação de forças na região asiática <sup>91</sup>.

Os EUA, ao zelarem pela manutenção de seu poder na região asiática, têm instrumentalizado a questão Taiwan/China, mantendo-se ambíguos e refletindo um certo interesse em não quererem alterar a atual situação que pudesse afetar seu papel isolado de responsabilidade pela manutenção da segurança regional.

Na percepção chinesa, a ambigüidade norte-americana é criticada e interpretada como uma estratégia de manter Taiwan separada da China. Dessa maneira, o dilema da independência/unificação tem afetado a intensificação das relações sino-americanas visto que não há ou não se quer atingir a um entendimento sólido em torno de Taiwan. Para a China, a ilha é um assunto doméstico e a sua reunificação é uma das tarefas prioritárias da política externa chinesa.

Nas declarações oficiais do governo norte-americano, é proferida a mensagem de que Taiwan é parte do território soberano da China, e na posição chinesa está claro o comprometimento de buscar uma solução pacífica para esse contencioso.

No entanto, a ilha poderá se transformar num problema crítico de segurança na Ásia-Pacífico já que o governo chinês não tolerará uma Taiwan independente, e se houver uma invasão chinesa no território taiwanês, os EUA serão obrigados a confrontar militarmente com os chineses. Diante desses dois cenários conflitivos, os EUA procuram cautela e mantêm-se ambíguos na questão de Taiwan, enunciando, de um lado, discursos

---

<sup>91</sup> ALTEMANI, Henrique de Oliveira. "Taiwan e o Diálogo Koo-Wang", *Revista Brasileira Internacional* 37 (1): 64-81, 1994.

públicos de que a ilha é parte do território chinês e, de outro, fornecendo assistência militar aos taiwaneses <sup>92</sup>.

No processo de recomposição de forças na Ásia do pós-Guerra Fria, a questão Taiwan/China apresenta uma importância para os EUA já que, com o desaparecimento da URSS e com a manutenção do Japão sob o controle estratégico norte-americano, a China vem emergindo como uma nova estrutura de poder no reordenamento das relações internacionais. Esse quadro preocupa o predomínio dos EUA na Ásia-Pacífico.

Nesse cenário, Taiwan é significativo para os interesses norte-americanos uma vez que a importância estratégica da ilha reside na: i) sua localização geográfica oferece uma infra-estrutura de logística, o que atende aos interesses econômicos e estratégicos da China, Japão e dos EUA; ii) detenção de meios de transporte e rotas aduaneiras avançadas; iii) uma sólida unidade produtiva e industrial e iv) posse de uma das maiores capacidades militares na região asiática <sup>93</sup>.

A instrumentalização norte-americana na questão de Taiwan reflete o seu interesse hegemônico na região asiática e, nessa dinâmica, os EUA têm estabelecido uma postura de contenção com relação à China, e sido pouco enérgicos na busca de uma solução em torno da ilha, alimentando receios e divergências chinesas.

Além disso, os EUA mantêm o fornecimento de materiais bélicos com Taiwan e a sua presença naval na Ásia-Pacífico, encorajando dessa maneira a disposição de fortalecer a capacidade bélica taiwanesa da ilha e integrando-a no projeto de construção do escudo de antimísseis (*Threat Missile Defense*) na região asiática.

---

<sup>92</sup> MILES, James. "Chinese Nationalism, US Policy and Asian Security". *Survival*, 42 (4): 65, Winter 2000-01.

<sup>93</sup> Idem, *Ibidem*, p: 65.

O dilema de Taiwan é um dos mais sérios empecilhos no aprofundamento das relações sino-americanas, e os EUA têm se confrontado com a China na medida em que mantêm a sua presença militar no Estreito e se envolvem nos assuntos que dizem respeito à ilha.

Com o propósito de acelerar as negociações da reunificação com Taiwan, Beijing articulou três diretrizes no tratamento com a ilha: o princípio da unificação pacífica, o princípio da adoção da fórmula “um país dois sistemas” e o princípio de estabelecer um diálogo incondicional entre os dois lados do Estreito <sup>94</sup>.

No entanto, Taiwan contesta o princípio “um país dois sistemas” e, no lugar dele, defende a fórmula de “um país dois governos” ou uma China e um país independente de nome Taiwan. Essa proposta é veementemente divergente com a política de reunificação da China, congelando as iniciativas para avançar sobre a reconciliação entre as duas partes.

No que se refere à política “um país, dois sistemas” que foi implementada com o retorno de Hong Kong, em 1997, a ilha é cética e alega que tal fórmula não garantiu o avanço de reformas democráticas na ex-colônia britânica. Portanto na concepção de Taiwan, “um país dois sistemas” não seria a fórmula ideal para concretizar a política de reunificação entre ambos os lados.

No plano da conciliação, em meados dos anos noventa, foram ensaiadas tentativas de reaproximação que proporcionassem a construção de uma confiança mútua entre China e Taiwan. Essas iniciativas foram tomadas por órgãos de natureza privada, mas na prática representaram políticas e interesses oficiais.

---

<sup>94</sup> LIU, Ji. “Making the Right Choices in Twenty-first Century Sino-American Relations” IN ZHAO, Suisheng Chinese Foreign Policy: Pragmatism and Strategic Behavior, New York, 2004, p. 249.

Em 27 de abril de 1993, Wang Taohan representando a China no órgão ARATS (*Association for Relations Across the Taiwan Straits*) e Koo Chen-fu, a ilha no SEF (*Straits Exchange Foundation*), formularam pontos de intercâmbio econômico, cultural e tecnológico que foram selados no documento “Diálogo de Koo-Wang”<sup>95</sup>.

Apesar do seu caráter retórico por não poder abordar as questões políticas, o Diálogo de Koo-Wang teve o mérito de estabelecer as primeiras relações formais e diretas entre China e Taiwan desde 1949.

Frente ao desafio de intensificar o seu papel no reordenamento do sistema global, o dilema unificação/independência é relevante para a China na medida em que a questão de Taiwan afeta o avanço da política de engajamento sino-americana. Apesar dos dois países terem trabalhado para atingir um ponto de entendimento comum, os EUA mantêm seus interesses estratégicos sobre a ilha e não pretendem alterar o seu *status quo* na região.

No plano diplomático, durante a visita de Bill Clinton à China em julho de 1998, afirmou-se a política dos três não – não à independência de Taiwan, não à criação de duas Chinas e não à admissão de Taiwan nas Nações Unidas. Nessa mesma direção, a gestão republicana de George W. Bush reconhece que Taiwan é parte soberana do território chinês e se opõe a qualquer iniciativa que demonstre a vontade unilateral de modificar o status da ilha.

No entanto, no campo estratégico, Taiwan representa uma certa importância tal como detinha durante os anos da Guerra Fria visto que os EUA têm procurado neutralizar a condição de potência que a China vem adquirindo através da assistência militar à ilha.

---

<sup>95</sup> ALTEMANI, Henrique de Oliveira. Op. cit. P. 74.

Na percepção de Washington, Taiwan precisa ser capacitada a fim de poder conter a ameaça da expansão comunista chinesa. Dessa forma, a estratégia norte-americana é concentrada na tarefa de resguardar o bem-estar doméstico da ilha através de uma ampla força militar o que representa uma forma de conter qualquer agressão vinda da China <sup>96</sup>.

No decorrer das negociações da crise ocasionada pela colisão de um avião espião norte-americano e um caça chinês em 2001, o governo republicano de Bush tornou mais tensas as relações sino-americanas ao classificar a China de “concorrente estratégica” e ao aprovar a venda de um pacote de armas avançadas à ilha no qual incluía *destroyers*, helicópteros anti-submarinos e submarinos silenciosos movidos a diesel que visavam melhorar as forças de defesas de Taiwan contra as forças aéreas e navais da China.

O governo de Jiang Zemin reprovou essa venda de armas avançadas à ilha e considerou a posição norte-americana como uma “evidente provocação” à integridade territorial chinesa, e danosa para as relações de cooperação entre China e EUA.

Por outro lado, o presidente George W. Bush, preocupado com os mísseis balísticos chineses apontados em direção a Taiwan e com o novo programa de gastos militares do governo chinês, intensifica a presença dos EUA na Ásia através de uma sólida força militar na ilha e da construção de uma *Pax Americana* na região.

Em 2001, a relação triangular China-EUA-Taiwan foi acirrada com o encontro de Paul Wolfowitz, acessor direto do Secretário de Defesa dos EUA, Donald Rumsfeld, com o ministro de Defesa de Taiwan. Além disso, a visita de um representante do Ministério de Defesa de Taiwan ao Pentágono que foi considerada como uma recepção de alto nível

---

<sup>96</sup> OLIVEIRA, Amaury Porto. “O Leste Asiático em Tempos de Monopolaridade”. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 39 (2): 6, Julho/Dezembro de 1996.



hierárquico e a designação de Taiwan como um “*non-NATO ally*” pelo Congresso norte-americano provocaram grandes melindres nas relações sino-americanas o que limitou o avanço da política de engajamento entre os dois países.

Dentro do quadro de negociações para a reunificação chinesa, três questões deverão ser vislumbradas no tratamento de Taiwan entre os atores envolvidos: i) o que se entende pela política “uma só China”; ii) qual é o significado do status quo da ilha para os países envolvidos nesse contencioso e iii) como lidar com as vendas de armas norte-americanas a Taiwan.

Na relação triangular EUA-China-Taiwan, essas questões deverão ser refletidas nos mecanismos que busquem um entendimento comum em torno da reconciliação pacífica da ilha ao continente. Na medida em que avançam o processo de nacionalização taiwanesa e o culto à diferença de identidade em Taiwan, a política de reunificação depara-se com mais desafios para se concretizar <sup>97</sup>.

A questão de Taiwan é um assunto sério na política chinesa visto que se houver a independência unilateral da ilha, desencadearia um efeito dominó nas Regiões Autônomas de Xinjiang e Tibet por não pertencerem à etnia Han, que é predominantemente majoritária na China, têm reivindicado por autonomia ao comando político de Beijing <sup>98</sup>.

---

<sup>97</sup> ROY, Denny. “Tensions in the Taiwan Strait”. *Survival*, 42 (1): 76-96, Spring 2000.

<sup>98</sup> Sob o ponto de vista étnico, a China é um país diversificado, onde há aproximadamente 56 etnias. Cerca de 92% da população chinesa é de etnia Han, e o restante constituem as minorias étnicas. Em 1984, foi aprovada a Lei de Autonomia Regional Étnica que garante o exercício do sistema de autonomia étnica. Em toda a China, há cinco regiões autônomas: a Região Autônoma da Mongólia Interior (fundada em 1 de maio de 1947), a Região Autônoma Uygur de Xinjiang (fundada em 1 de outubro de 1955), a Região Autônoma da Etnia Zhuang de Guangxi (fundada em 5 de março de 1958), a Região Autônoma da Etnia Hui de Ningxia (fundada em 25 de outubro de 1958) e a Região Autônoma do Tibete (fundada em 9 de setembro de 1965). [www.china.org.cn](http://www.china.org.cn)

A indefinição de Taiwan traz à tona dilemas estruturais na região: no plano da segurança, as ameaças e os constrangimentos militares desencadearia uma possível ruptura na ordem regional, e no campo econômico, a interdependência existente não só entre a China e a ilha como também com as nações asiáticas e os EUA priorizaria a necessidade de cultivar a estabilidade na região.

Vale lembrar que, na perspectiva econômica, Taiwan e China apresentam uma forte complementaridade que se iniciou com a implementação das Zonas Econômicas Especiais a partir da década de oitenta e, dessa relação interdependente, ambos têm auferido benefícios e procuram manter boas condições para o desenvolvimento econômico.

As intensas relações econômicas sino-taiwanesas contribuíram, em grande medida, para reduzir as tensões políticas existentes. Esse quadro gerou argumentos de que tanto Beijing como Taipei têm instrumentalizado suas relações econômicas para fins políticos.

Tendo em mente os fatores elencados, os atores envolvidos no *affaire* de Taiwan têm sido cautelosos quanto às possibilidades de engendrar uma solução imediata à questão de Taiwan.

Os percalços existentes na política de reunificação de Taiwan à China-Taiwan afetam no processo de inserção internacional chinês visto que, na dimensão da recomposição de forças na região asiática no pós-Guerra Fria, a necessidade de zelar pela ordem regional é uma prioridade.

Nessas circunstâncias, Taiwan é e será enfocada como um fator central em qualquer política que se refira à China e, levando em consideração o reconhecimento de que a China é uma potência e que seu papel é fundamental para cultivar a estabilidade econômica e

estratégica da Ásia, o atual *status quo* da ilha deverá ser mantido, evitando qualquer tipo de conflito desnecessário entre os atores envolvidos <sup>99</sup>.

Atualmente, está havendo um período de espera com relação à questão de Taiwan. No entanto, Beijing poderá tomar uma atitude de natureza não pacífica se o presidente taiwanês, Chen Shui-bian, tentar declarar a independência da ilha. A ilha representa um problema em vários termos: no aspecto da soberania, visto que a definição do Estado chinês está atrelada ao princípio da unidade.

Em termos sociais e emocionais, já que a história da China foi marcada por inúmeras fragmentações, e qualquer dirigente político que tiver o mérito de manter a integridade do país ganhará a admiração e o apoio da sociedade.

Em termos de leis internacionais, visto que um dos objetivos centrais da política externa chinesa é manter Taiwan isolada no plano diplomático, e destituída de qualquer tipo de reconhecimento internacional.

É propagada a percepção de que a questão de Taiwan permaneça paralisada do jeito como está, ou seja, sem a confrontação entre China e a ilha. No entanto, especula-se um cenário futuro no qual haja algum tipo de unificação ou a construção de um sistema federal o que poderia constituir uma alternativa para conciliar “um país, dois sistemas” e “um país, dois governos”.

---

<sup>99</sup> NYE, Joseph. “The Nye Report: Six Years Later”. *International Relations of the Asia-Pacific*, 1 (1): 101, 2001.

## **7) Considerações Finais**

Dentro da complexidade do reordenamento das relações internacionais do pós-Guerra Fria, o presente trabalho buscou examinar a inserção internacional da China, analisando o peso de fatores internos e externos na construção da identidade externa chinesa.

Nesse contexto, procurou-se destacar em paralelo a importância que a China vem adquirindo desde a sua inserção internacional até os dias de hoje, despontando como uma potência emergente e apresentando uma significativa capacidade e influência para se tornar num líder regional e internacional.

Estudar a China contemporânea é entender que o vigor e a vocação de potência que ela carrega são frutos de um processo de mudanças estruturais, implementado a partir das reformas pragmáticas de 1978, e da complexa estratégia do governo que visou à afirmação do Estado sobre o território e a população através de políticas desenvolvimentistas.

O peso dos fatores internos na articulação externa da China está atrelado na busca de recursos a fim de dar continuidade às políticas desenvolvimentistas e, dessa forma, garantir a estabilidade doméstica no país. Assim sendo, a projeção de seus interesses nacionais coordena o processo de inserção internacional da China que deverá observar em paralelo as normas do funcionamento da ordem mundial.

Por sua vez, no que diz respeito aos determinantes externos, os EUA têm um grande destaque na formulação da política externa chinesa contemporânea, constituindo numa das principais forças propulsoras da inserção internacional da China.

Dessa forma, a China precisa conjugar os determinantes externos, tendo como base as relações com os EUA, com os determinantes internos, que são as demandas domésticas do país.

A ascensão da China à categoria de uma das potências econômicas e militares do sistema internacional, e a busca pela hegemonia na região asiática transformam a China numa aliada estratégica, podendo atuar daqui algumas décadas no cenário internacional com a mesma desenvoltura que os EUA agem hoje conforme as análises sobre as relações entre os dois países.

A China já é uma potência regional, mas apresenta uma série de vulnerabilidades domésticas que poderá ser acirrada com a dinâmica das transformações sócio-econômicas ao abrir cada vez mais as suas portas ao mundo. Um dos desafios da China no seu processo de inserção internacional é buscar a compatibilização de seu regime político com os anseios sociais, tais como a distribuição de renda, a necessidade de consolidar as condições internas para o desenvolvimento econômico e etc <sup>100</sup>.

Cumprir mencionar que os EUA têm se preocupado com os problemas domésticos da China visto que a sua economia está intimamente vinculada com o bom desempenho das reformas chinesas. Diante dessas circunstâncias, as relações sino-americanas estão pautadas para proporcionar sustentabilidade ao projeto de modernização chinês.

A China, a despeito de suas características expressivas, ainda é motivo de preocupação e toma a dianteira das especulações do futuro da ordem internacional. No aspecto estratégico, os EUA têm determinado uma política de contenção com relação à

---

<sup>100</sup> ZHAO, Suisheng. “Chinese Foreign Policy: Pragmatism and Strategic Behavior”, New York, 2004.

China que emerge como um poder regional e pode desafiar o predomínio dos EUA na região asiática.

Segundo Valladão, a estratégia dos EUA está projetada para estabelecer sistemas regionais de equilíbrio a fim de evitar a ascensão de potências rivais. Essa percepção tem causado preocupação e vem sendo polemizada, sobretudo pelos EUA, em função das incertezas que a China traz consigo <sup>101</sup>.

Uma das incertezas que cumpre diagnosticar é a segurança regional na Ásia-Pacífico. No pós-Guerra Fria, os EUA têm desempenhado uma primordial função na manutenção da ordem que deverá ser compatibilizada com uma nova arquitetura estratégica, configurada com a emergência da China. Beijing e Washington terão de dispor decisões conjuntas que pautem sobre uma linha de cooperação com os países asiáticos na área da segurança.

Os EUA ainda são os guardiões dos meios para garantir a segurança coletiva visto que eles possuem um alto grau de “poderio nacional abrangente” no terreno econômico, militar, tecnológico e diplomático <sup>102</sup>.

Sobre essa questão, vale lembrar o papel estratégico desempenhado pelos norte-americanos na política de balanço de poder na Ásia-Pacífico, e as conseqüências que poderiam advir num possível vácuo de segurança caso os EUA resolvam se retirar dessa

---

<sup>101</sup> VALLADÃO, Alfredo. “A Europa: motor de uma ação internacional pós-soberana”, in *Política Externa*. V. 7, n.1. São Paulo: Paz e Terra, 1998, p. 81-82.

<sup>102</sup> DE OLIVEIRA, Amaury Porto. “China-EUA: Concorrentes Estratégicos”, *Pol. Externa*, Vol. 10, n° 4, Mar/Abr/Mai – 2002, p. 84.

região o que poderia acirrar as animosidades históricas e alimentar as rivalidades entre os atores regionais que apresentam a pretensão de preencher tal vácuo <sup>103</sup>.

Na perspectiva estratégica, as relações sino-americanas sempre estiveram intimamente relacionadas com a temática da segurança regional na Ásia-Pacífico, que é uma das mais instáveis nos dias de hoje. A importância dos EUA frente a essa questão deve-se ao estabelecimento de acordos entre os atores regionais durante a Guerra Fria, comprometendo-se pela garantia da segurança e não se vislumbrando de qualquer cenário de ruptura, haja vista as desconfianças mútuas existentes entre Japão, China e Coreia do Sul.

A segunda incerteza reside na diplomacia triangular entre China-EUA-Taiwan na qual envolve interesses complexos, dentre eles, a política de balanço de poder dos EUA na Ásia-Pacífico, a venda de armamentos norte-americanos à “ilha rebelde”, a polêmica construção do sistema antimíssil na região, a localização estratégica da ilha no Pacífico, e outros.

Em cada um desses empecilho estão presentes os EUA que têm dificultado qualquer possibilidade mais concreta de reunificação entre a República Popular da China e a ilha de Formosa, constituindo-se numa fonte de tensão nas relações sino-americanas.

Na perspectiva econômica, é pertinente avaliar o grau de interdependência e de conflitos entre China e EUA. O termo “uma via de mão dupla” torna-se aplicável para descrever as suas relações na medida em que ambos almejam manter uma razoável estabilidade que seja propícia à prosperidade.

---

<sup>103</sup> ALTEMANI, Henrique de Oliveira. “Taiwan e o diálogo Koo-Wang”. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 37 (1): 64-81, 1994.

Essa forte interdependência reside no fato de que o desenvolvimento da economia chinesa está fortemente atrelado ao volume de investimentos externos norte-americanos, e na dependência financeira dos EUA com relação à China já que Beijing tem sido uma das principais credoras de títulos de sua dívida externa. Ademais, vale lembrar também que a balança comercial dos EUA com a China é cada vez mais deficitária, agravando as pressões norte-americanas sobre a necessidade de implementar uma reforma cambial chinesa, estabelecer cotas de importações e adotar medidas antidumping contra os produtos chineses.

No esforço de implementar outras formas de inserção no sistema internacional durante a década de 90, a China buscou converter suas necessidades internas em possibilidades externas a fim de garantir a estabilidade doméstica do país. Dessa forma, o Partido Comunista chinês impõe um controle governamental sobre uma sociedade, que apresenta nítidas mudanças sociais, com vista para manter um bom desempenho das reformas econômicas e a propiciar uma cautelosa transição de líderes políticos no país.

No que se refere ao seu modelo político, o Partido Comunista chinês buscará manter também a sua legitimidade no governo através do sucesso de seu projeto de modernização. Dessa forma, os dirigentes chineses se esforçarão, de um lado, para proporcionar a continuidade do desenvolvimento econômico do país e, de outro, garantir que não haja mudanças políticas perturbadoras. Os atuais líderes chineses, pertencentes à quarta geração, não visam fazer grandes alterações políticas, e sim consolidar uma postura pragmática que garanta gradualmente a continuidade de suas reformas.

No plano sócio-econômico, a China vem enfrentando vários problemas, dentre eles, a disparidade de renda entre as áreas urbana e rural que evidencia no país uma separação entre a pobreza rural e a classe média urbana; o anseio de uma maior participação política



da sociedade; implementar a conformidade do sistema bancário do país às regras bancárias internacionais; estabelecer políticas ambientais que zelem o meio-ambiente e a falta de água ocasionada pela poluição e entre outros desafios.

Como parte da estratégia para aprofundar a sua inserção internacional, logo após o início das reformas, a China começou a buscar a restauração de sua condição de membro em instituições internacionais, como também legitimar o programa de desenvolvimento que foi adotado no final da década de setenta.

Assim, como resultado desse esforço político de reinserção internacional, em 1980, a China foi aceita como integrante do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, faltando apenas o GATT, que posteriormente foi substituído pela Organização Mundial do Comércio (OMC).

No que se refere à sua acessão na OMC, em 2001, a China finalmente faz parte da instituição enquanto o primeiro país dotado da condição de uma “economia voltada ao mercado com características chinesas”. Dada a dimensão da China, a sua acessão fortalece os interesses dos países em desenvolvimento no comércio internacional, e adiciona um poder de barganha nas negociações e na formatação de novas regras.

Nesse contexto, com a participação da China no comércio internacional, deverão estar presentes nas agendas de negociações temas considerados controversos tais como agricultura e serviços.

Em contrapartida, para ser aceita, a China precisou abrir o seu mercado e promover mais uma queda de tarifas e proteção extras em alguns setores, dentre eles, o agrícola. Hoje, há cerca de oitocentos milhões de chineses que vivem no campo e contam com uma renda

de só um terço da dos trabalhadores das grandes cidades. Se houver uma nova liberalização agrícola, conforme determina a OMC, poderá ocasionar um grande êxodo rural às cidades que receberão mais migrantes e afetarão o já frágil equilíbrio social.

No plano internacional, ao participar das discussões, decisões e formulações de regras e políticas da OMC, a China poderá usufruir seu status de membro para expressar suas necessidades e interesses, ter acesso a outros mercados e, sobretudo, não se sujeitar às influências políticas dos países desenvolvidos, sobretudo a dos EUA.

A intensificação do processo internacional da China está atrelada ao argumento de que ela deverá crescer, desenvolver-se e trabalhar cooperativamente nos assuntos de importância global. Portanto, Beijing conduzirá sua inserção internacional pautada na necessidade de obter recursos a fim de garantir estabilidade nas questões domésticas, e preservar um ambiente internacional estável no qual possa avançar mais sobre o seu projeto de modernização.

## 8) Anexo

Abaixo, estão elencados alguns eventos que marcaram o processo de inserção internacional da China.

- No dia 1º de outubro de 1949, é proclamada a República Popular da China por Mao Zedong;
- No dia 10 de outubro de 1949, é proclamada a República da China (Taiwan) por Chiang Kai-shek;
- Nos anos 50, Taiwan é aceita no Conselho de Segurança da ONU e Mao Zedong estreita suas relações com a URSS;
- Entre os anos de 1950 a 1953, a China envolve-se na Guerra da Coreia;
- Em 1953, é adotado nos moldes soviéticos o Primeiro Plano Quinquenal com o propósito de restaurar a economia chinesa;
- Em abril de 1954, a China participa das reuniões diplomáticas para resolver a guerra franco-vietnamita;
- Em 1955, a China atua na Conferência de Bandung, realizada na Indonésia;
- Nasce o Movimento dos Países Não-Alinhados (1960) que busca a construção de uma “terceira via” no cenário internacional e reafirma os Cinco Princípios da Coexistência Pacífica;
- No plano doméstico chinês, nasce o Movimento das Cem Flores (1957), o Grande Salto Adiante (1958 a 1960), e a Revolução Cultural (1966 a 1976);

- Ao longo da década de 60, os chineses e os soviéticos encontravam-se em profunda divergência, levando à redefinição da política externa chinesa “*lean to one side*” com a URSS. Evidencia-se, a partir desse momento, uma maior aproximação da China com outros países do Ocidente.
- Em 1963, a China rompe suas relações com a URSS;
- Em 1964, a China lança com sucesso seu artefato nuclear o que abalou a correlação de força na Ásia nesse período;
- Em 1964, Itália, Áustria e Japão distendem suas relações com a China. Nesse momento, os chineses tiveram suas relações diplomáticas estabelecidas com menos de trinta países;
- Em 1964, o presidente francês De Gaulle estabelece vínculos diplomáticos com a China;
- No dia 28 de fevereiro de 1972, os EUA e a China assinam o Comunicado de Shanghai, normalizando as relações sino-americanas;
- Morre Zhou Enlai, em janeiro de 1976 e, em setembro do mesmo ano, Mao Zedong, gerando uma violenta crise política na China;
- Em 1978, na V Assembléia Nacional Popular, Deng Xiaoping defendeu um plano de desenvolvimento do país, que ficou conhecido como “As Quatro Modernizações”, na esfera econômica, política, social e cultural, e adotou uma política de gradual abertura da economia chinesa para o exterior;
- No final do ano de 1978, ratifica-se o Tratado de Paz e Amizade Sino-Japonês, e Deng Xiaoping denuncia que o novo Tratado de Amizade e Cooperação Soviético-Vietnamita é uma ameaça à paz e à segurança do Pacífico;

- No dia 1º de janeiro de 1979, os EUA e a China estabelecem relações diplomáticas plenas e trocam embaixadores em 1º de março do mesmo ano;
- Em 1985, o líder soviético Mikhail Gorbachev distendem suas relações com Beijing, estreitando contatos comerciais e culturais entre China e URSS, e a reabertura de consulados em Shanghai e Leningrado;
- Em 1989, comemora-se na China: os setenta anos do Movimento Quatro de Maio, os quarenta anos da República Popular e a passagem dos dez anos de reatamento formal de relações com os EUA;
- Na primavera de 1989, ocorreram manifestações estudantis e intelectuais que se concentraram na Praça da Paz Celestial (*Tiananmen*), em Beijing. Esse movimento foi reprimido e ficou conhecido como o “massacre da Paz Celestial”;
- No início da década de 1990, a China reforça sua política de paz e desenvolvimento (*fazhang yu heping*), frisando a importância de zelar em torno de suas fronteiras um ambiente externo que seja favorável para dar continuidade ao seu projeto de modernização;
- No início da década de 90, os ânimos das relações sino-americanas acirraram-se em virtude das divergências no tratamento do tema direitos humanos, a exportação de tecnologia nuclear e de mísseis aos chamados *rogue states*, o boicote norte-americano da escolha de Beijing para sediar as Olimpíadas de 2000, a concessão de visto ao presidente de Taiwan para visitar os EUA, as sanções econômicas impostas a Beijing como punição pelos acontecimentos de *Tiananmen* em 1989;

- Em 27 de abril de 1993, formulam-se pontos de intercâmbio econômico, cultural e tecnológico entre Taiwan e a China que foram selados no documento “Diálogo de Koo-Wang”;
- O presidente norte-americano Bill Clinton, na sua segunda administração (1993 a 1999), aprofunda as relações sino-americanas, desenvolvendo esforços para construir uma parceria estratégica com a China;
- Em 1997, Hong Kong retorna à administração chinesa sob a política “um país, dois sistemas”;
- Em julho de 1998, Bill Clinton cunha o termo “parceria estratégica” para definir as relações sino-americanas, enfatizando a importância de construir um entendimento mútuo, estreitar diálogos e estabelecer consultas entre os dois países;
- Bill Clinton, em 1998, afirma a política dos três não – não à independência de Taiwan, não à criação de duas Chinas e não à admissão de Taiwan nas Nações Unidas;
- Em maio de 1999, a embaixada chinesa em Belgrado é bombardeada pelas tropas da OTAN;
- Em dezembro de 1999, negocia-se um acordo para compensar os prejuízos ocasionados pelo bombardeio que destruiu a embaixada chinesa em Belgrado;
- Em 1999, Macau retorna à administração chinesa, deixando todos os vínculos com Portugal;
- Em outubro de 2000, China lança “Programa de Defesa Nacional” que planeja o investimento de US\$ 14.65 bilhões na área militar;

- Em fevereiro de 2001, a China ratifica, com qualificações, a Convenção Social, Econômica e Direitos Culturais que foi acordada em outubro de 1997 pela ONU;
- Em 2001, na celebração do 80º Aniversário do Partido Comunista, Jiang Zemin lança a concepção de grande potência (*daguo xintai*) da China em substituição à imagem de vítima (*shouhaizhe xintai*);
- Em 2001, a vitória republicana de George W. Bush provoca um ponto de inflexão nas relações sino-americanas que classifica a China de “concorrente estratégica”;
- Em abril de 2001, há a colisão de um avião norte-americano com um caça chinês na ilha de Hainan, provocando um mal-estar diplomático entre China e EUA;
- Em 2001, o presidente de Taiwan, *Chen Shui-bian*, e o Dalai Lama visitam os EUA, que foram interpretados pela China como atos de provocação. Além disso, foi aprovada a venda de um pacote de armas e artefatos nucleares à ilha;
- Em julho de 2001, o Comitê Olímpico Internacional anuncia que Beijing sediará os Jogos Olímpicos de 2008;
- No dia 11 de Setembro de 2001, atos terroristas abalam a segurança nacional dos EUA, provocando um ponto de inflexão na política externa norte-americana, sobretudo na agenda da segurança;
- Em 2001, China, Rússia, Cazaquistão, Tadiquistão e Uzbequistão fundam a Organização de Cooperação de Xangai (SCO, na sigla em inglês) com o intuito de prevenir atos terroristas e zelar pela segurança na Ásia Central;

- Em dezembro de 2001, após quinze anos de negociação, a OMC finalizou os últimos termos da entrada da China e aceitou o Protocolo de Acesso, fazendo torná-la membro da instituição;



## 9) Bibliografia

ALTEMANI, de Oliveira Henrique. “Taiwan e o diálogo Koo-Wang”, *Revista Brasileira Internacional* 37 (1): 64-81 (1994).

ALTEMANI, Henrique de Oliveira, *A Ásia-Pacífico e o Reordenamento das Relações Internacionais*, Série Carta Internacional, Abril - 1996, São Paulo.

ALTEMANI, de Oliveira Henrique. “O Cenário Internacional e o Brasil do Ano 2020”, *Parcerias Estratégicas*, número 6 – março/1999.

ALTEMANI, de Oliveira Henrique. “A Eleição de Chen Shui-bian e o Relacionamento China-Taiwan”, *Carta Internacional*, ano VIII, nº. 86.

CARRILHO, Arnaldo, “O Brasil e a área econômica chinesa”, *Coleção Documentos*, Série Assuntos Internacionais, Instituto de Estudos Avançados/USP, Volume no. 37, agosto de 1995.

CHENG, Li. “China in 2000: A Year of Strategic Rethinking”. *Asian Survey*, 41(1): 71-90, January-February, 2001.

COPPER, John F., “China Diplomacy: The Washington – Taipei – Beijing Triangle”, Beijing, Qinghai Press, 1999.

CU, Sulong & LIEN, Qing. *O Mundo, Os EUA e a China – Uma Análise das Teorias das Relações Internacionais e Estratégias Internacionais*, Beijing, 2003.

DENG, Xiaoping. “Construção de um Socialismo com Características Chinesas”, Hong Kong, Ed. Sanlien, 1987

DING, Xueliang. “Pós-Comunismo e a China”, Hong Kong, Oxford University Press, 1994

ECKHOLM, Erik. “China and Taiwan urge talks, but their call rings hollow”. *The New York Times International* 27/04/2001.

ECONOMY, Elizabeth. “Don’t Break the Engagement”. *Foreign Affairs*. May/June 2004.

ECONOMY, Elizabeth & OKSENBERG, Michel. “China Joins the World – Progress and Prospects”, Council on Foreign Relations Press, New York, 1999.

FRIEDBERG, Aaron L. “11 September and the Future of Sino-US Relations”, *Survival*, Spring 2002.

GAO, Haikuang “Toward a New Century: the International Environment and China’s Foreign Policy”, IN HSUEH, Chentu & LIU Shan, *New Dimensions of China’s Diplomacy*, Beijing, 1997, pp. 235-245.

GORDON, R. Michael. “China Buildup has Taiwan on edge”. *The New York Times International* 08/04/2001.

HALLIDAY, Fred. “Repensando as Relações Internacionais”. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 1999.

HEER, Paul. “A House United – Beijing’s View of Washington”, *Foreign Affairs*, July/August 2000.

HOWE, Christopher. “The Taiwan economy: the transition to maturity and the political economy of its changing international status” *China Quarterly* (148): 1171-1195, December 1996.

HSUEH, Chun-tu & LIU Shan. “New Dimensions of China Diplomacy”, Beijing, World Affairs Press, 1997.

HU, Angang & MAN, Honghua. “Decoding US Grand Strategy”, Beijing, Zhejiang Renming Press, 2002.

HU, Angang. “The Grand Strategy of China”, Hangzhou, Zhejiang Renming Press, 2003.

HUNTINGTON, Samuel. “A Superpotência Solitária” *Foreign Affairs – Edição Brasileira*. Gazeta Mercantil, 12/03/1999, p.23-28.

HUNTINGTON, Samuel, P. A “Mudança nos Interesses Estratégicos Americanos” *Survival*, lançada na língua portuguesa na *Política Externa – Vol. 1. nº 1 – Junho 1992*.

JIA, Qingguo. “Narrowing Differences But Diverging Priorities: Sino-American Relations, 1992-2000”, IN: VOGEL, Erza; MING, Yuan & TANAKA, Akihiho. *The Age of Uncertainty. The US-China-Japan Triangle from Tiananmen (1989) to 9/11 (2001)*. Harvard University Asia Center, 2004, pp. 156-182.

KAHN, Joseph. “China’s Leader Urges Shift in Development to Rural Areas” *Economist*,

05/03/2004.

KISSINGER, Henry, “Confronto não deve ser opção estratégica”. *Estado de S. Paulo*, 15/04/2001.

KISSINGER, Henry. “Diplomacy”, New York, Simon & Schuster, 1994.

KLINTWORTH, Gary. “China, Taiwan and the United States”. *Pacific Review*, 13 (1): 41-59, February 2001.

KRASNER, Stephen D. “Intervenção e Tolerância”. *Jornal do Brasil*, 12/04/1999.

LAFER, Celso e FONSECA, JR., Gelson. “Questões para a Diplomacia no Contexto Internacional das Polaridades Indefinidas”. IN: FONSECA JR., Gelson & CASTRO, Sérgio H. N. *Temas de Política Externa Brasileira II*. São Paulo, Paz e Terra, 1994, Volume I, pp: 49-77.

LIMA, Maria Regina Soares de. “Teses Equivocadas sobre a Ordem Internacional Pós-Guerra Fria”. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, v. 39, n. 3, 1996, p. 393-421.

LIU, Ji. “Making the Right Choices in Twenty-first Century Sino-American Relations” IN ZHAO, Suisheng *Chinese Foreign Policy: Pragmatism and Strategic Behavior*, New York, 2004.

LOBE, Jim. “China Hawk Settles in Neocons’ Nest”, *Foreign Policy in Focus*, May 12, 2003.

LU, Xinde. “WTO Yu Zhong Guo Dui Wai Mao Yi”, Shang Dong, 2003.

MA, Yuzhen. “A Política Externa da República da China”, *Takongpao*, Hong Kong, 10/06/1999.

MAY, Gregory & LAMPTON, David M. “Managing US-China Relations In The Twenty-First Century”, The Nixon Center, 1999.

MEDEIROS, A. Carlos, “China: entre os séculos XX e XXI”. IN: FIORI, José Luís (org.) *Estado e Moedas no Desenvolvimento das Nações*, Petrópolis, Vozes, 1999.

MEDEIROS, Evans S. & FRAVEL, M. Taylor. “China’s New Diplomacy”. *Foreign Affairs*, Nov/Dec. 2003.

- MEZZETTI, Fernando. “De Mao a Deng”. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 2000.
- MILES, James. “Chinese Nationalism, US Policy and Asian Security”. *Survival*, 42 (4): 51-71, Winter 2000-01.
- NIXON, M. Richard, “Asia after Vietnam”, In. *Foreign Affairs*, Vol. 46, No. 1, Oct. 1967.
- NYE, Joseph. “The Nye Report: Six Years Later”. *International Relations of the Asia-Pacific*, 1 (1): 95-103, 2001.
- NYE, Joseph. “Understanding International Conflicts”. United States, Longman, 1997.
- NYE, Joseph. “Being Tough To Be Kind”. *Financial Times*, 27/05/1999.
- NYE, Joseph. “O Paradoxo do Poder Americano: Por que a Única Superpotência do Mundo Não Pode Prosseguir Isolada”, São Paulo, Editora UNESP, 2002.
- O’HANLON, Michael. “Why China cannot conquer Taiwan” *International Security* 25 (2): 51-86, Fall 2000.
- OLIVEIRA, Amaury Porto. “O Leste Asiático em Tempos de Monopolaridade”. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 39 (2), Julho/Dezembro de 1996.
- OLIVEIRA, Amaury Porto. “China e Japão enfrentam a modernização”. *Série Carta Internacional* (14) Janeiro 1997, São Paulo.
- OLIVEIRA, Amaury Porto. “Dissonâncias e Convergências Sino-Japonesas”. *Política Externa* Vol. 12 nº 4 Março/Abril/Maio. 2004.
- DE OLIVEIRA, Amaury Porto. “China-EUA: Concorrentes Estratégicos”, *Política Externa*, Vol. 10, n. ° 4 MAR/ABR/MAI, 2002.
- OLIVEIRA, Carlos Tavares de. “EUA e China: o Desafio Econômico”. São Paulo, Aduaneiras, 2001.
- PECEQUILO, Cristina Soreanu “A Política Externa dos EUA: Continuidade ou Mudança?”, Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2003.
- PENG, Yuan. *US-China Relations: Two Possibilities, One Option*, Zhejiang Renming Press, Beijing, 2003.

- PINTO, Paulo Antônio Pereira. “A China e o Sudeste Asiático”, Porto Alegre, Ed. Universidade/UFRGS, 2000.
- POMAR, Wladimir “A Revolução Chinesa”, UNESP, São Paulo, 2003.
- ROBERTS, Brad. MANNING, A. Robert. MONTAPERTO, N. Ronald. “China: the forgotten nuclear power” *Foreign Affairs* (79) 4 July-August-2000.
- ROSS, Robert S. “China: Why Our Hard-Liners Are Wrong”. In WITTKOPF Eugene R. & JONES, Christopher M. *The Future of American Foreign Policy*. Beijing. Pekin University Press. 2003.
- ROY, Denny. “Tensions in the Taiwan Strait”. *Survival*, 42 (1): 76-96, Spring 2000.
- SARAIVA, José Flávio Sombra. “Relações Internacionais: Dois Séculos de História – Entre a Ordem Bipolar e o Policentrismo” Vol II, Brasília, IBRI, 2001.
- SHAMBAUGH, David. “China Engages Ásia: Reshaping the Regional Order”, *International Security*, Vol. 29, no. 03 (Winter 2004/05), pp. 64-99
- SONG, Xueming. “End of the Deng era and China’s unity”. *Aussen Politik*, 47 (1): 90-98, 1996.
- SPENCE, Jonathan D. “Em Busca da China Moderna – Quatro Séculos de História”, Companhia das Letras, São Paulo, 2000.
- STOESSINGER, John G. “A Política Internacional de Nosso Tempo”. São Paulo. Editora Cultrix, 1975.
- TODD, Emmanuel. “Depois do Império: A Decomposição do Sistema Americano”, Rio de Janeiro, Editora Record, 2003.
- TUCKER, Nancy B. "China-Taiwan: US debates and policy choices". *Survival*, 40 (4), Winter 1998.
- TUCKER, Nancy B. “War and peace in the Taiwan Strait”. *Washington Quarterly*, 19 (1): 171-187, Winter 1996.
- UEHARA, Alexandre Ratsuo. “Perspectivas para o Papel Internacional do Japão”, *Política Externa*, Vol. 12 nº 4 MAR/ABR/MAI/ 2004, p: 24.

- VALLADÃO, Alfredo. “A Europa: motor de uma ação internacional pós-soberana”, in *Política Externa*. V. 7, n.1. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- VIZENTINI, Paulo Fagundes. “Dez Anos que abalaram o Século XX”, Porto Alegre, Editora Novo Século, 1999.
- VIZENTINI, Paulo Fagundes. “O Dragão Chinês e os Tigres Asiáticos”, Porto Alegre, Editora Novo Século, 2000.
- VIGEVANI, Tullo. “Ciclos Longos e Cenários Contemporâneos da Sociedade Internacional”, *Lua Nova n°46 – 99*: 7-51, 1999, São Paulo.
- YAQUIN, Qin. “A China no pós-Guerra Fria” IN ARAUJO, Braz *Reflexão sobre estratégias*. São Paulo, NAIPPE-USP, 1996. pp. 21-33.
- YOM, Sean “Uighur Muslims in Xinjiang”, IN *Foreign Policy in Focus* ([www.fpif.org](http://www.fpif.org)) acessado em agosto de 2004.
- YU, Zhengliang, “International Relations in the Age of Globalization”, Shanghai, Fudan University Press, 2002.
- WANG, Baocun. “As Adaptações das Estratégias de Segurança dos EUA”, p. 224. IN ZHU, Sulong & GENG, Qing *O Mundo, os EUA e a China*, Beijing, Qinghua Press, 2003.
- WITTKOPF, Eugen R. & JONES, Christopher M. “The Future of American Foreign Policy”, Peking University Press, Beijing, 2004.
- WU, Yu-Shan. “Taiwan in 2000: Managing the Aftershocks from Power Transfer”. *Asian Survey*, 41 (1): 40-48, January/February 2001.
- XIE, Yixiang. “Connotations of China’s Peaceful Foreign Policy: Development and Deepening”. IN HSUEH, Chentu & LIU Shan, *New Dimensions of China’s Diplomacy*, Beijing, 1997, pp. 91-124.
- ZHANG, Baijia. “Chinese Domestic and Foreign Policies in the 1990s”, IN: VOGEL, Erza; MING, Yuan & TANAKA, Akihiho. *The Age of Uncertainty. The US-China-Japan Triangle from Tiananmen (1989) to 9/11 (2001)*. Harvard University Asia Center, 2004, pp. 227-253.
- ZEMIN, Jiang, “Reforma e Construção da China”, Ed. Record, Rio de Janeiro, 2002.

ZHAO, Suisheng. “Chinese Foreign Policy: Pragmatism and Strategic Behavior”, M.E. Sharpe Press, New York, 2003.

ZHEN, Hua. “Por que a China não pode ter o sistema multipartidário”, In Diário Econômico, 13/07/1989.

ZHENG Wen. “A China e a Democracia Ocidental”, In Diário Econômico, 18/07/1989.

## PERIÓDICOS

Beijing Review (Beijing)

China Quarterly (Oxford)

China Affairs (Canberra)

Contemporary Southeast Asia. (Singapore)

Far Eastern Economic Review (Hong Kong)

Pacific Affairs (Vancouver)

Pacific Review (London)

Survival (Oxford)

## WEBSITES CONSULTADOS:

[www.china.org.cn](http://www.china.org.cn)

[www.china817.com](http://www.china817.com)

[www.china.qianlong.com](http://www.china.qianlong.com)

[www.newlandbook.com](http://www.newlandbook.com)

[www.usacn.com/weekly](http://www.usacn.com/weekly)

<http://news.bbc.co.uk/hi/chinese/>

[www.chinaiiss.org](http://www.chinaiiss.org)

[www.fpif.org](http://www.fpif.org)

[www.fmprc.gov.cn/chn/ziliao/wjs/2159/t8987.htm](http://www.fmprc.gov.cn/chn/ziliao/wjs/2159/t8987.htm)

[http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2001/010401\\_aviao.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2001/010401_aviao.shtml)